Tribuna da Luta Operária

ANO IV — Nº 130 — DE 8 A 14 DE AGOSTO DE 1983

Cr$ 100,00

Ordem dos Advogados acusa:

Delfim culpado por crime de lesa-pátria

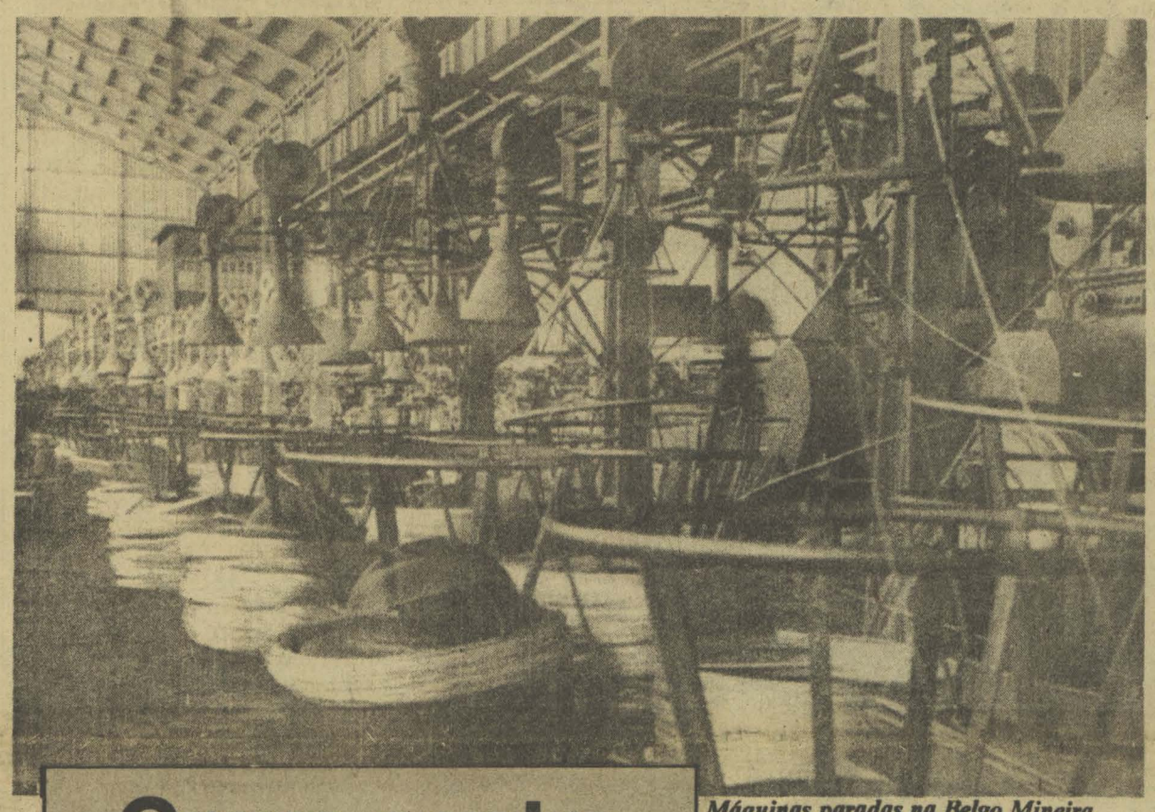
Numa decisão histórica, a Ordem dos Advogados do Brasil denuncia que o *Acordo 2*, do governo federal com o Citibank americano, "contém grave ofensa à soberania nacional". Submete nosso país aos tribunais de Nova York, "sem que o Brasil possa invocar suas prerrogativas de país independente". Advogados falam até em processar Delfim como criminoso. Pág. 3

Maior presença dos sindicatos no Ceclat de S. Paulo

112 entidades participam do Congresso sindical. Pág. 5

Metalúrgicos em "estado de greve" em todo o país

XI Congresso decide pela greve contra a 2.045. Pág. 5



Máquinas paradas na Belgo Mineira

Greve contra demissões na Belgo Mineira

Multinacional planeja dispensar mil Pág. 8

Uma voz patriótica

"Renúncia declarada à soberania nacional" — é como a Ordem dos Advogados do Brasil qualifica os acordos do governo militar com o FMI e os banqueiros internacionais. A acusação, bem fundamentada e vigorosa, terá grande repercussão na opinião pública brasileira.

A OAB tem cumprido papel de destaque na batalha pelas liberdades democráticas. Foi uma corrente importante na campanha pela Anistia e tem se pronunciado com ênfase em favor de uma Assembléia Nacional Constituinte. Agora, com muita oportunidade, levanta o brado contra o entreguismo descarado do país à tutela do FMI exatamente num Congresso Nacional dos Advogados pela Constituinte. Revela com isto a justa compreensão de que nas condições atuais a luta pela liberdade e a luta em defesa da soberania nacional são tarefas inseparáveis.

A monstruosa dívida externa de 100 bilhões de dólares e agora os acordos com o FMI acentuaram de tal maneira a dependência do Brasil ao capital financeiro internacional, que tornou-se uma imposição, para todo brasileiro que preza sua pátria, combater a traição nacional executada pelo governo sob a batuta dos generais. A conquista da democracia e a defesa da soberania tornam-se afluentes do mesmo rio, que desemboca necessariamente no fim do regime militar.

A exigência de rompimento dos acordos com o FMI e de revogação dos pacotes que daí resultaram foram fatores essenciais da greve geral do dia 21 de julho. E em todo o Brasil esta tem sido a linha de todos os encontros e congressos de operários, trabalhadres do campo e da cidade, estudantes e todas as forças populares. Também os partidos de oposição de uma forma ou de outra engrossam este protesto. O atual pronunciamento da OAB vem somar uma voz de grande respeito que facilitará a ampliação e o fortalecimento desta frente única patriótica e democrática.

A OAB levanta inclusive a possibilidade de responsabilizar criminalmente os ministros do Planejamento e da Fazenda através de uma ação penal. Ou seja, falando em linguagem popular, que se ouve diariamente nas fábricas, nos transportes e na rua, botar na cadeia os que traficaram e continuam traficando com os interesses do povo e da nação.

Mas, mesmo apoiando-se este encaminhamento, é sabido que a Justiça em nosso país permanece amordaçada. Para levar à prática os objetivos patrióticos e democráticos, o fator decisivo é a ação enérgica e unitária das grandes massas. Movimento este que tem como alvo o regime militar e que ao se expandir e fortalecer, tende a seguir no rumo da revolução. É isto que indicam as greves e os movimentos de rua realizados e que a própria reação do governo leva a uma radicalização crescente.

Esta ampliação e radicalização das lutas são impulsionadas por fatores objetivos, que não dependem da vontade desta ou daquela pessoa ou corrente política. É um processo que só pode assustar o próprio governo, que se coloca contra as massas — ou os vacilantes, que falam contra o regime mas temem o avanço popular. Os operários conscientes não só saúdam esta força nova que se levanta, como se incorporam com entusiasmo na sua organização e na tarefa de ajudar os brasileiros a fazer a sua própria experiência na busca da libertação.

Se a imprensa burguesa trata por todos os meios de camuflar esta denúncia da OAB, todos os democratas e patriotas, pelo contrário, tem o máximo interesse em divulgar e discutir por todo lado as resoluções do Congresso dos Advogados. Os trabalhadores em particular, precisam conhecer e valorizar esta contribuição para a luta contra o regime militar.

Encontro analisa êxito da guerrilha

Realizada a conferência do Exército Popular de Libertação da Colômbia. Pág. 2

Foto: Mirian Fichtner

O ato incluiu um "enterro do BNH"

Foto: L. Carlos Leite

437 delegados discutiram e aprovaram uma campanha de massas pela eleição direta.

Maioria dos mutuários do BNH não paga os 130%

É a avaliação feita numa assembléia de 3 mil mutuários no ABC. Pág. 8

A UNE lança à luta pelas diretas

Foi a principal resolução do Coneb de São Bernardo. Página 4

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Condenada a ofensiva dos EUA contra a Nicarágua

AS medidas de guerra contra a Nicarágua anunciadas por Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, na semana retrasada provocaram indignação pelos quatro cantos do globo. Vários países protestaram contra a escalada belicista ianque na América Central, e o Pentágono viu-se obrigado a adiar para novembro as manobras que iniciaria em agosto.

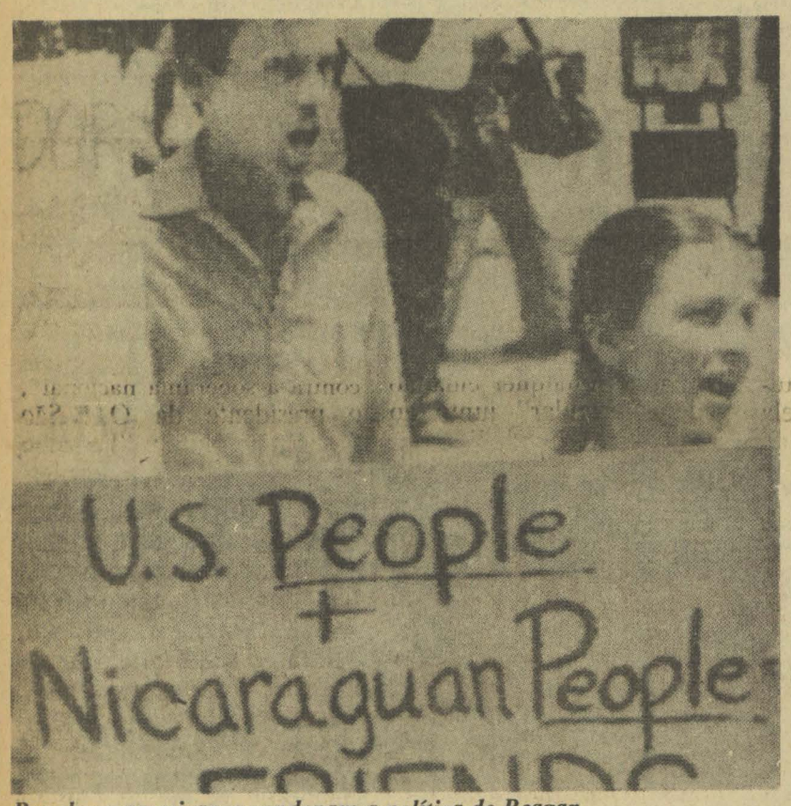
Os principais governos do mundo, inclusive aliados dos Estados Unidos, condenaram a ofensiva anti-sandinista de Washington. Até mesmo o Partido Socialista francês, que no governo de seu país é fiel à política internacional de Reagan, anunciou estar "seriamente preocupado" com "um projeto da administração americana de desestabilização do regime sandinista". E o chanceler francês, Claude Cheysson, transformou sua viagem pela América Latina numa enorme romaria de condenação à agressão de Reagan. Mesmo o subserviente governo brasileiro enviou nota de solidariedade e apoio aos esforços de negociação do grupo de Contadora.

Na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, por 228 votos a 195, foi aprovado projeto de lei marcando para o dia 1º de outubro o fim de toda a ajuda prestada aos grupos contra-revolucionários somozistas. Mas a resolução vai para o Senado, onde deve ser rejeitada pela maioria do Partido Republicano, de Reagan.

De qualquer modo, o governo norte-americano recuou parcialmente. Além do Pentágono adiar para novembro o início das manobras militares, o embaixador itinerante ianque para a América Central, Richard Store, reuniu-se pela primeira vez com um representante da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional de El Salvador, Ruben Zamora. Isto representou uma importante vitória política da FMLN e da própria Nicarágua, pois até aqui era negada pelo governo norte-americano qualquer negociação com a guerrilha salvadorenha, cuja liquidação "justificava" inclusive a derrocada do governo nicaraguense.

Este pequeno e parcial recuo não deve gerar ilusões entre os povos do mundo e da América Central em particular. Os planos de invasão e agressão de Reagan continuam na ordem do dia. Prova disso é que a marinha ianque continua cercando a Nicarágua e o governo de Manágua denunciou que a fragata norte-americana Clifton Spragun violou mais uma vez suas águas territoriais. Erguer um poderoso movimento de solidariedade que segure a mão assassina de Reagan continua sendo tarefa decisiva.

(Luís Fernandes)



Populares americanos condenam a política de Reagan.

Parlamentares brasileiros solidários com sandinistas

Uma comissão de 21 parlamentares do PMDB, PDT e PT visitou a Nicarágua e os Estados Unidos para colher informações sobre o intervencionismo ianque na América Central e manifestar solidariedade ao povo nicaragüense. Três integrantes da comitiva, os deputados Jacques D'Ornellas (PDT), José Eudes (PT) e Cristina Tavares (PMDB) concederam entrevista coletiva sobre a viagem, onde denunciaram que o imperialismo norte-americano está pressionando o Brasil para mudar sua política externa como parte das negociações para "rolar" a dívida externa. Publicamos a seguir trechos da entrevista:

Cristina Tavares

— O que mais os impressionou na visita à Nicarágua?

Eudes — Nós testemunhamos que o governo nicaragüense distribui armas a todo o povo. O povo está armado para se defender da agressão externa.

Cristina — Uma das coisas mais impressionantes que eu assisti foi o repúdio de massas à traição de Eden Pastora, que hoje é financiado pela CIA e, junto com somozistas e mercenários, invade o país pelo sul. Nas comemorações do 4º aniversário da revolução nicaragüense, em León, quando alguém perguntou "O que vocês acham de Eden Pastora?", o povo irrompeu num grito ensurdecedor — "Traidor! Traidor!"

— Qual tem sido a posição do governo brasileiro em relação à Nicarágua?

Eudes — O Brasil mantém relações diplomáticas em Manágua, mas não tem lá um embaixador, apenas um encarregado de negócios. Esta situação anômala só acontece nas nossas relações com dois países do mundo: a África do Sul, e é justo que não tenha embaixador, em função das resoluções da ONU condenando o regime do apartheid; e a Nicarágua, que fica nivelada assim à situação da república sul-africana. Assim, a prática do governo brasileiro tem sido de apoio formal em carta ou documento, mas na realidade não tem havido um compromisso irrestrito.

José Eudes

Cristina — Me parece que os ministros da área econômica estão negociando a nossa soberania. Querem empenhar também a política externa brasileira para pagar a dívida. A paranóia norte-americana sobre a América Central chega aos banqueiros internacionais, que nos pressionam e exigem a perda da nossa soberania na política externa.

D'Ornellas — Um empresário brasileiro que conversou recentemente com um representante do Departamento de Estado norte-americano disse exatamente isso — que a grande pressão é por uma mudança substancial da política externa brasileira em relação à América Central, em troca de um apoio mais decisivo do governo norte-americano em matéria de renegociação da dívida. Bancar as dificuldades financeiras do Brasil junto à comunidade financeira internacional estaria condicionado pelo governo Reagan a uma mudança de rumos da política externa brasileira.

Os prêmios da Campanha Karl Marx da *T.O.*

A sucursal da Bahia foi a **vencedora da campanha** Karl Marx da **Tribuna Operária**. Cumpriu todas as metas e destacou-se especialmente na difusão do jornal entre os operários, sem abandonar a venda junto aos demais trabalhadores. Levamos em conta também que nestes quase quatro anos esta tem sido a sucursal com melhor desempenho e maior regularidade.

No total, os baianos chegaram a vender 9 mil jornais por semana, conseguiram alcançar quase mil assinantes e obtiveram Cr$ 1.173.000,00 de finanças extras.

A atuação no polo petroquímico de Camaçarí foi a que alcançou maiores êxitos. Nesta cidade foram superadas todas as cotas e conseguidos os recordes estaduais de assinaturas e finanças. O recordista estadual de assinaturas foi um companheiro operário petroquímico, que vendeu 31 assinaturas para colegas de seu local de trabalho.

Os metalúrgicos, os bancários e os estudantes secundaristas e universitários também mostraram grande empenho para o fortalecimento da **Tribuna Operária.** E um núcleo de operários têxteis vendeu em média 70 jornais dentro da fábrica onde trabalha.

PRÊMIO ESPECIAL

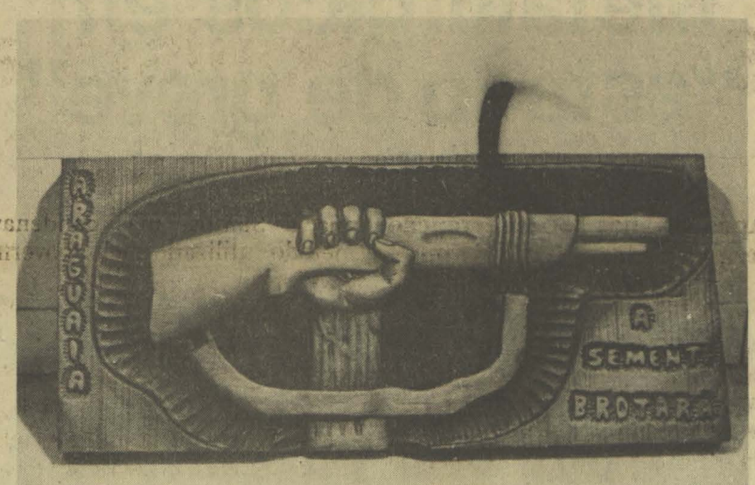
Resolvemos criar um **prêmio especial** que não estava previsto. Os companheiros do Maranhão revelaram um esforço fora do comum para fortalecer a imprensa operária e superaram todas as metadas da campanha. Em particular dobraram a cota de assinantes. Mesmo num Estado pobre, ultrapassaram em 50% a meta de finanças extras. E ainda esforçaram-se para difundir o jornal na classe operária, apesar do reduzido número de indústrias. Um operário metalúrgico fez cinco assinaturas com seus colegas de trabalho. O artesão Nikó fez uma talha, alusiva a guerrilha do Araguaia, que será entregue à sucursal do Maranhão como **vice-campeã** da campanha Karl Marx. Foi praticamente um empate com o primeiro lugar.

OUTROS PRÊMIOS

O **campeão individual** de venda na fábrica foi um companheiro de uma indústria química do ABC — que preferiu não revelar o nome. Além de vender cerca de 50 jornais em média por semana na sua fábrica, conseguiu 66 novas assinaturas entre seus colegas de trabalho. É um exemplo a ser seguido por todos os tribuneiros.

A **campeã de assinaturas** foi a companheira Maria Ivone, de Alagoas, que fez 80 assinaturas para a **Tribuna Operária** durante a campanha.

O **grupo campeão** de vendas foi o do Metrô de São Paulo, que na época da greve geral chegou a vender 300 exemplares da **Tribuna Operária** entre os metroviários. Além disto, já na campanha anterior, denominada Raimundo Lana, estes companheiros tinham tirado o segundo lugar.



O prêmio para o Maranhão, vice-campeão da campanha Karl Marx

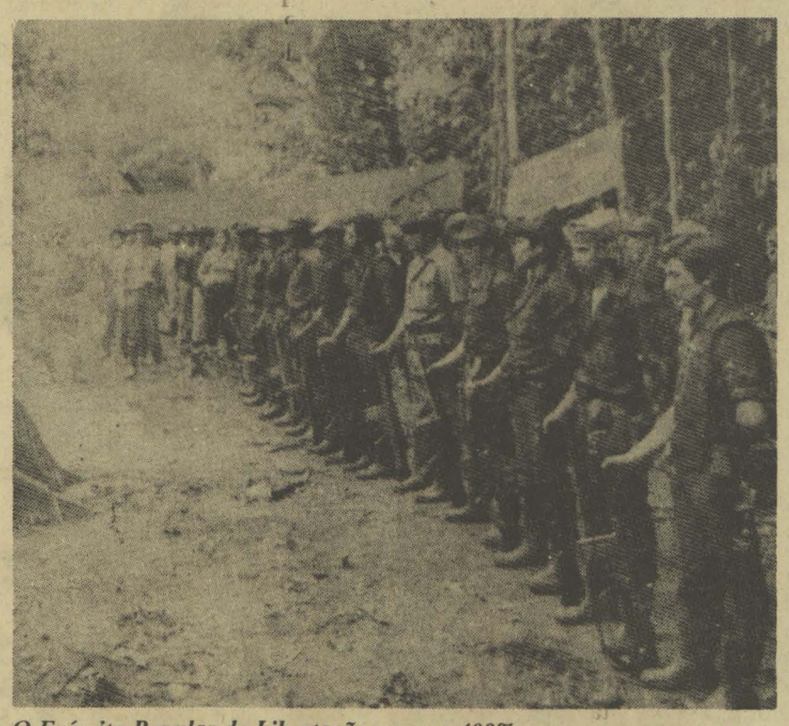
Cresce a luta armada na Colômbia

O Exército Popular de Libertação, braço armado do Partido Comunista da Colômbia (marxista-leninista), realizou em junho sua II Conferência Nacional. A Conferência propôs a "unidade guerrilheira" baseada na recusa da entrega às armas e continuação da luta armada revolucionária contra o governo de Belisario Betancur.

Em nota à imprensa anunciando a Conferência, datada de 30 de junho, o EPL anuncia que avaliou sua atividade durante os últimos anos e considerou correta sua recusa ao engodo das "sucessivas anistias condicionadas" propostas pelo governo de Betancur. O EPL "se comprometeu a multiplicar suas forças e a perseverar no combate contra os inimigos do povo na cidade e no campo".

"Esta decisão — diz a nota — tem especial significado agora que estão discutindo um conjunto de reformas de ordem penal e trabalhista, cujo conteúdo golpeia ainda mais as limitadas liberdades políticas existentes; se acentuaram a repressão antipopular, as atividades dos grupos paramilitares e os cercos contra as zonas camponesas, se inverteram 30 bilhões de pesos na modernização do armamento para agredir aos setores populares e cresce a crise econômica aumentando a miséria, o inconformismo e a luta das maiorias colombianas".

Contudo o EPL continua disposto a dialogar sobre a situação nacional. O comunicado à imprensa assinala que "se o Comando Nacional de nossa organização não entrou em contato com a Comissão de Paz foi devido a que as gestões desse mecanismo do governo resultaram estéreis e não foi proposto nunca um plano de conversações suficientemente amplo sobre a problemática do país".



O Exército Popular de Libertação cresceu 400%

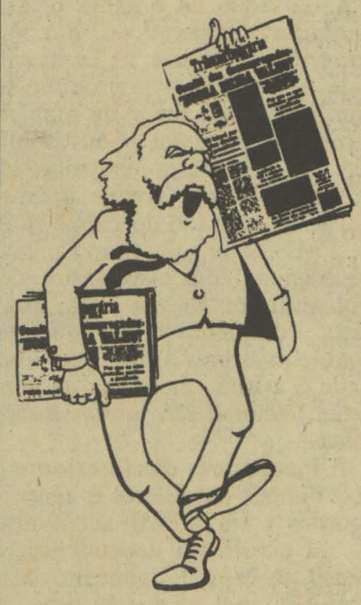
O Comandante Ernesto, do EPL, destacou que nos últimos dois anos sua organização "se quadruplicou e passou das ações de fustigamento a combates de maior envergadura contra o inimigo. De uma frente rural que existia há dois anos, passamos a manter várias frentes rurais e unidades em todas as principais cidades do país. Éramos uma organização localizada no noroeste colombiano. Agora somos uma organização nacional. Antes comandávamos unidades de uma dezena de homens. Agora temos que dirigir formações de 50, 100 e mais homens." E conclamou: "Não podemos seguir pensando em coisas pequenas. As grandes tarefas da revolução, da generalização da guerra popular insurrecional e da própria insurreição geral são demasiado exigentes."

A Conferência reafirmou o espírito de solidariedade internacionalista do EPL "para com os povos que lutam pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo, para com o movimento marxista-leninista internacinal e o socialismo vivo na Albânia". Foi ratificada, ainda, a unidade do EPL em torno à direção do P.C. da Colômbia (marxista-leninista).

A mulher também tem grande participação no E.P.L.

Não deixe esta chama se apagar!

A história da imprensa alternativa tem na Tribuna Operária **um dos seus baluartes em defesa do povo. Não deixe esta chama se apagar. Dê uma resposta aos que querem amordaçar a imprensa que informa ao povo sobre a corrupção, a grilagem, a matança dos trabalhadores. Companheiros, leiam e assinem a** Tribuna Operária. **(Nilson Bahia, presidente do Sindiquímica da Bahia e membro da Pró-CUT).**



Desejo receber em casa a **Tribuna Operária.** Envio anexo cheque nominal a Editora Anita Garibaldi Ltda. Rua Adoniran Barbosa, 53 (antiga Trav. Brigadeiro Luis Antônio) — Bela Vista — São Paulo, SP. CEP 01318.

( ) Anual de apoio (52 edições) — Cr$ 10.000,00
( ) Anual comum (52 edições) — Cr$ 5.000,00
( ) Semestral de apoio (26 edições) — Cr$ 5.000,00
( ) Semestral comum (26 edições) — Cr$ 2.500,00
Exterior, anual — 70 dólares.
Nome: .....
Endereço: .....
Cidade: ..... CEP .....
Estado: ..... Profissão: .....
Telefone: .....
Data: .....

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Congresso é reaberto sob o impacto do decreto-lei 2.045

O Congresso Nacional reabriu seus trabalhos sob o impacto da exigência do FMI para que aprove o decreto-lei 2.045 que rebaixa os índices dos reajustes salariais. Em meio às pressões e chantagens do governo e à proposta de conciliação nas hostes oposicionistas, o segundo semestre promete ser quente no Congresso.

O deputado Ulysses Guimarães reassumiu no dia 3 o cargo de presidente nacional do PMDB e ao tomar posse informou que seu partido deverá fechar questão contra o decreto-lei 2.045. Também foi revelado que os líderes dos três partidos oposicionistas, PMDB, PT e PDT, participarão da comissão mista do Congresso que examinará o decreto do arrocho salarial. Indagado sobre os boatos do fechamento do Congresso, Ulysses foi taxativo: "Nenhum partido pode deixar de cumprir seu dever. Temos que correr riscos calculados, não riscos temerários".

Entrevistado pela **Tribuna Operária** o deputado federal do PMDB de Goiás, Aldo Arantes, afirmou: "Na verdade o que ocorre é que a ditadura militar que assinou os famigerados acordos com o FMI sem submetê-los à apreciação do Congresso, procura impor agora ao parlamento as suas conseqüências. O Congresso Nacional não pode aceitar esta manobra do regime militar, é necessário denunciar a política de traição nacional da ditadura".

Foto: Sucursal/Brasília

Aldo: "pressionar o Congresso".

Quanto às pressões violentas que serão exercidas sobre os deputados, Aldo afirma: "Acho que as oposições não podem se intimidar diante dos arreganhos do FMI e da ditadura militar. É necessário que os congressistas tenham uma posição combativa rejeitando a política econômica antinacional e antipopular do regime". O deputado goiano vê na mobilização popular a saída para que o Congresso assuma seu papel na rejeição do decreto-lei. "Assim como o FMI está pressionando a ditadura e o Congresso, o povo tem o direito legítimo e o dever de pressionar o Congresso para que ele não sucumba diante das pressões dos poderosos", conclui Aldo.

A briga no Congresso promete não ficar polarizada apenas entre situação e oposição. Há indicativos de que o PDS sofrerá divergências internas. O próprio malufista Theodorico Ferraz, um dos articuladores da chapa dissidente do partido governista, explica que "não se pode aceitar que os acordos com o FMI estejam sendo feitos a portas fechadas, com a exclusão da classe política. Falta até credibilidade na área econômica do governo". E vai mais além: "Como se pode levar a sério as autoridades econômicas, se há dias o governo limitou os juros e hoje o Banco Central está liberando-os novamente?".

Outro debate que promete animar o Congresso é sobre a sucessão presidencial. O governo federal e alguns setores conciliadores insistem na tese da eleição indireta, mas os partidos oposicionistas prometem intensificar a campanha por eleições diretas. "A eleição direta é uma decisão imbarganhável. Não podemos ceder aquilo que não é nosso, que é defendido por 80 por cento da população. Não podemos trair o nosso mandato, conquistado, em parte, pela defesa desta tese", informa Ulysses Guimarães.

Ulysses Guimarães: "eleição direta é uma decisão imbarganhável"

Foto: Reinaldo Rodrigues dos Santos

A bandeira da luta contra o FMI, hasteada pelo povo, agora é também da Ordem dos Advogados.

Soberania nacional foi violada, acusa o Conselho da OAB

A Ordem dos Advogados do Brasil resolveu por unanimidade denunciar o *Acordo 2* do Banco Central com o Citibank americano, como "grave ofensa à soberania nacional, expressamente renunciada no texto". O dr. Sérgio Ferraz, que fez a denúncia, chega a recomendar medidas penais para punir os ministros Delfim e Galvêas, por "crime de responsabilidade".

A decisão, considerada histórica, foi anunciada no Congresso Nacional de Advogados Pró-Constituinte, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, entre segunda e quinta-feira. E deu a tônica no Congresso, onde, ao contrário do "entendimento nacional", prevaleceu uma postura de luta intransigente pela plena democratização do país — a defesa de uma Assembléia Constituinte **soberana**, da **revogação** da Lei de Segurança e de eleições diretas para a Presidência da República.

O parecer do conselheiro Sérgio Ferraz sobre o *Acordo 2*, acatado pelo Conselho Federal da OAB, é uma vigorosa tomada de posição sobre o problema da dívida externa, que, segundo ele, "diz respeito à própria sobrevivência do Brasil como nação independente e soberana".

Ferraz reitera a denúncia já apresentada pelo senador Humberto Lucena, líder do PMDB no Senado: o chamado *Acordo 2* simplesmente estabelece que qualquer discordância entre o Banco Central do Brasil e o Citibank seja julgado pela legislação do Estado norte-americano de Nova York, sem que o Brasil possa invocar, a qualquer pretexto, suas prerrogativas de país independente.

Para o conselheiro da OAB, "profundos atentados à Constituição e ao patrimônio moral da nação foram perpetrados nas cláusulas examinadas". E mais: analisando os textos constitucionais de 52 Estados soberanos, o dr. Sérgio Ferraz conclui que *"raríssimas"* chegam sequer a aventar a possibilidade de um acordo como o concluido.

Já o ministro Miguel Seabra Fagundes foi ainda mais longe. Numa exposição ao Congresso declarou, com sua indiscutida autoridade de jurista, que só conhece um tipo de caso em que se assina acordos assim: os casos de nações que acabam de perder uma guerra.

"Só assina um acordo destes o país que fez uma guerra, e perdeu"

No final de seu parecer, Ferraz destaca a "renúncia antecipada a qualquer alegação de soberania", por parte do Brasil, como o ponto mais espantoso e ignominioso do Acordo Dois". E agrega: "Nunca encontrei em todos os documentos históricos do Brasil nada que parecesse com esse documento, porque renúncia de soberania talvez nós tenhamos tido renúncias iguais, mas renúncia declarada à soberania do país é a primeira vez que consta de um documento, para mim histórico".

Como propostas de ação, o dr. Sérgio Ferraz dispõe-se a mover uma Ação Popular contra o governo, buscando inclusive "uma possível ruptura do Acordo". E diz: "Não estou desconsiderando os impactantes efeitos políticos e econômicos que o rompimento das negociações com nossos credores pudessem originar. Porém a sobreviver ignominiosamente, seguramente a história tem preferido a sucumbência honrosa e honrada".

O parecer chega mesmo a recomendar a denúncia formal, que "qualquer cidadão poderá formular" junto ao Supremo Tribunal Federal, por "crime de responsabilidade". O que, teoricamente, poderia tornar realidade o sonho de tantos brasileiros, de ver um dia os ministros Delfim Netto e Ernani Galvêas atrás das grades.

Para o presidente da seção paulista da OAB, dr. Márcio Thomaz Bastos, a tomada de posição da entidade representa "um avanço": Nós fomos avançando em direção ao social e ao econômico — começamos a tratar o problema do BNH, só para dar um exemplo. E de repente a gente viu que precisava tratar também problemas como este, do qual resulta grande parte dos outros. Até chegar na denúncia deste Acordo".

"A OAB — prossegue Thomaz Bastos — definiu que vai ser feita alguma coisa mais que uma nota. Vão ser tomadas medidas judiciais, na tentativa de resgatar essa soberania nacional irremediavelmente machucada, já que o Brasil renuncia inclusive à alegação de soberania, à impenhorabilidade dos seus bens, e aceita como árbitro e juiz competente para dirimir qualquer dúvida os tribunais de Nova York".

"É um crime contra a soberania nacional. Não tenho nenhuma dúvida"

Ao ser indagado pela **Tribuna** se este seria "um crime contra a soberania nacional", o presidente da OAB-São Paulo não relutou: "Eu acho que sim. Não tenho nenhuma dúvida de dizer que, na medida em que você abre mão da soberania nacional você comete a apelação mais séria que você pode cometer contra ela".

Já o dr. Mário Sérgio Duarte Garcia, presidente nacional da OAB, foi menos enfático frente à pergunta da **TO:** "Eu não poderia definir como um crime no sentido rigoroso do termo antes de verificar se existe a tipicidade penal". Mas no conteúdo político do posicionamento, não teve dúvidas: "Eu digo que é um atentado à soberania nacional".

(Bernardo Joffily)

Foto: L. Carlos Leite

Thomás Bastos (esq.) e Mário Sérgio: consenso contra o Acordo 2

A "conspiração do silêncio"

O parecer do conselheiro Sérgio Ferraz à OAB não denuncia apenas o *Acordo 2*. Aponta também "a conspiração do silêncio da imprensa, que não disse uma palavra sobre tão relevante matéria", desde as revelações do senador Lucena, já em junho. Mesmo durante o Congresso dos Advogados a "conspiração" prosseguiu. A imprensa dos monopólios manteve-se surda e muda, apesar da importância gritante dos fatos. Pouco antes, na greve geral de 21 de julho, ocorrera coisa parecida.

Não vale mais gastar tinta com apelos aos princípios éticos dos órgãos de comunicação. O que conta são os interesses das classes que sustentam tais órgãos. Aos trabalhadores, e à **Tribuna Operária**, interessa divulgar esta denúncia. Ao capital imperialista, não.

Mas os senhores da grande imprensa, burguesa e disposta a ceder, que se acautelem. Hoje os credores estrangeiros e o Planalto querem silêncio sobre esta greve, aquele escândalo. Amanhã outras imposições [illegible] país sabe bem o quanto a [illegible] nos machuca.

Santos conquista autonomia e Anápolis quer eleger prefeito

Após 14 anos sob intervenção federal, Santos reconquistou a sua autonomia política, deixando de ser considerada área de segurança nacional. Como Santos, ainda existem outras 105 cidades que não podem escolher livremente seus prefeitos. Anápolis é uma delas e no dia 31 de julho seu povo saiu às ruas exigindo o direito de eleger os seus administradores.

O deputado estadual pelo PMDB, Rubens de Lara, eleito pela baixada santista, afirmou que a volta da autonomia de Santos foi "fruto de uma ampla conquista popular. De uma mobilização da comunidade ao longo de muitos anos, da necessidade da população reconquistar um direito seu". Em 1969 houve a intervenção transformando o município em área de segurança nacional. Desde essa época o prefeito passou a ser nomeado pelo governo federal.

O próprio decreto-lei assinado pelo presidente Aureliano Chaves que devolve a autonomia ao município foi mais um desrespeito ao legislativo. Já estava para ser votado no Senado um projeto de lei que retirava Santos da área de segurança nacional. Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, afirmou que apoiava o restabelecimento da autonomia a Santos, mas condenava o método utilizado pelo governo, o decreto-lei.

Após tantos anos sem eleger seu prefeito, o povo santista aguarda ansioso o momento de depositar o seu voto na urna.

Para candidatos pelo PMDB, fala-se no deputado Estadual Rubens de Lara, no deputado federal Del Bosco Amaral e em Osvaldo Justo. Rubens de Lara ressalta que "durante todo este tempo de autoritarismo, de prefeitos nomeados, Santos esvaziou-se política e economicamente. Agora é necessário recuperá-la, reerguer a cidade, construir uma nova Santos do povo".

A LUTA EM ANÁPOLIS

Ainda existem outros 105 municípios que são considerados áreas de interesse da segurança nacional e são tutelados de forma autoritária. Anápolis, a segunda maior cidade de Goiás está nesta situação. Mas no dia 31 de julho, aproveitando-se da comemoração do aniversário da cidade, cerca de mil pessoas fizeram uma grande manifestação nas ruas exigindo o direito de eleger o seu prefeito.

Após a expressiva vitória oposicionista nas eleições de novembro, em Goiás, foi formado um comitê pró-autonomia política de Anápolis, constituído pelos partidos de oposição e diversas outras entidades. O deputado Ademar Santillo, representando o governador Íris Resende, durante as comemorações do dia 31 afirmou que "o que faz a segurança de uma nação é o bem estar do povo, com saúde, educação, emprego e salários dignos". O deputado Aldo Arantes falou na ocasião que "o que atenta contra a segurança da nação é o acordo com o FMI e a entrega de nossas riquezas aos estrangeiros".

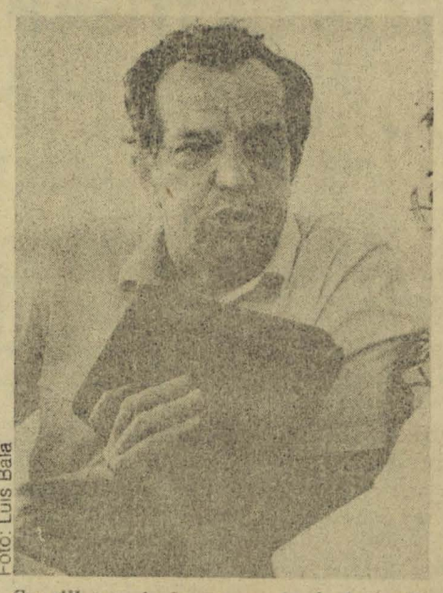


Foto: Luis Bala

Santillo: apoio à autonomia de Anápolis

Funil para pagar a dívida

Todas as remessas de dólares para o exterior terão que passar pelo Banco Central e só serão liberadas de acordo com uma lista de prioridades do governo. Isto foi decidido numa reunião por telefone do Conselho Monetário Nacional, no dia 29 de julho. O pretexto é o pagamento do petróleo, na verdade os dólares irão primeiro para os juros da dívida externa.

Sem conseguir soluções para a crise brasileira o governo toma medidas cada vez mais drásticas. A verdadeira razão da centralização dos dólares não é o pagamento do petróleo. O objetivo é garantir o pagamento dos juros da dívida externa. É colocar toda a economia do país voltada para os apetites dos bancos estrangeiros.

A iniciativa foi da Secretaria do Planejamento, do famigerado Delfim. Um documento apresentado oficialmente afirma que a medida é temporária e deve terminar quando os banqueiros e o FMI liberarem as segundas parcelas dos empréstimos e assinarem novos acordos, o que só deve acontecer em outubro ou novembro.

Os trabalhadores, que não especulam no mercado de dólares e nem têm nenhuma participação nas reuniões do Conselho Monetário Nacional, serão gravemente atingidos pela medida.

A mais grave conseqüência, no seqüência é que com o controle total sobre os dólares, o governo cortará ainda mais as importações. Este já é um dos principais causadores da recessão e do desemprego.

A mais grave conseqüência no entanto, está na questão da dívida externa. O governo transformou o Brasil num grande funil: tudo que conseguirmos em dólares, com exportações de mercadorias e serviços será controlado pelo Banco Central, para pagar a dívida externa.

PERTO DA FALÊNCIA

Perguntaram para Delfim se essa medida levaria ao racionamento de petróleo e seria uma etapa para a preparação da moratória. Com seu cinismo de sempre o ministro afirmou o contrário. A verdade é que o racionamento do petróleo continua em pauta e está sendo preparado rigorosamente. A medida é o reconhecimento da perda total de reservas. Depois de tanto desgoverno, o Brasil está sem dinheiro em caixa.

A centralização dos dólares na mão do Banco Central é uma das últimas etapas de preparação da moratória. O governo já está atrasando mais de um bilhão e meio de dólares de pagamentos da dívida externa. Os atrasos já se aproximam da marca vermelha dos 60 dias, prazo que de acordo com a praxe internacional leva a decretação de inadimplência. A medida foi um ato de entrega e submissão. Apesar dos boatos de represálias dos banqueiros internacionais, foi o contrário que aconteceu. Os banqueiros, através de declarações na imprensa, consideraram a medida "dura mas necessária".

(Luiz Gonzaga)

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Foto L. Carlos Leite

No plenário, uma forte maioria decide centrar fogo no regime militar

Coneb: a UNE em campanha pelas diretas

Uma campanha pelas eleições diretas para presidente da República, a ser levada em todas as escolas do país, foi a principal resolução do 4º Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE (Coneb). Reunido em São Bernardo, entre os dias 28 e 31, o encontro teve a participação de 427 entidades estudantis e definiu os rumos da UNE no segundo semestre.

Apesar de contar com um número menor de entidades, este Coneb "foi bem mais rico em discussões que o anterior", na opinião de Clara Araújo, presidenta da União Nacional dos Estudantes. A campanha pelas diretas ocupou os delegados desde a abertura do Conselho, que teve a presença de personalidades oposicionistas como Lula e Severo Gomes.

Basicamente três propostas se apresentaram. A da *Viração*, majoritária, defendia o fim do regime militar e a necessidade de uma ampla frente contra o governo federal, para conquistar a eleição direta. Das propostas minoritárias, uma jogava pela negociação e entendimento com o regime e a outra, num palavreado pretensamente radical, pregava um combate sistemático tanto ao governo de Brasília como às administrações estaduais eleitas pela oposição, sem distinções. Ambas foram derrotadas.

Os estudantes aprovaram também o combate pela suspensão do pagamento da dívida externa e pelo fim da Lei de Segurança Nacional.

EVASÃO DE 300 MIL

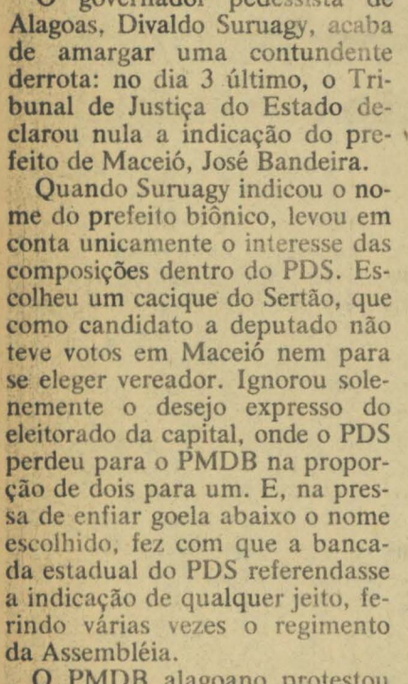
A universidade brasileira atravessa a pior crise da sua história: as escolas públicas estão ameaçadas de parar por falta de verbas e as particulares, que concentram 77% das vagas no ensino superior, cobram mensalidades proibitivas. Neste segundo semestre a evasão das faculdades deve vitimar cerca de 300 mil alunos. Diante deste quadro o Coneb reafirmou a luta pela destinação de 12% do orçamento da União e 25% dos orçamentos estaduais para a educação; pela suplementação de verbas para as universidades públicas; contra os aumentos abusivos nas escolas pagas e pela estipulação de um índice máximo de aumento em cada escola. Em 25 de agosto haverá um dia nacional de luta por estas metas.

Tratou-se também da luta por liberdade nas escolas. Segundo Flávio Patrício, presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, onde o movimento estudantil tem sido mais atuante, "praticamente todas as escolas pagas fizeram mobilizações e nesta luta os estudantes conseguem mais espaço, rompendo a falta de democracia". Os delegados pronunciaram-se por eleições diretas para os reitores e por uma representação estudantil de um terço nos órgãos colegiados.

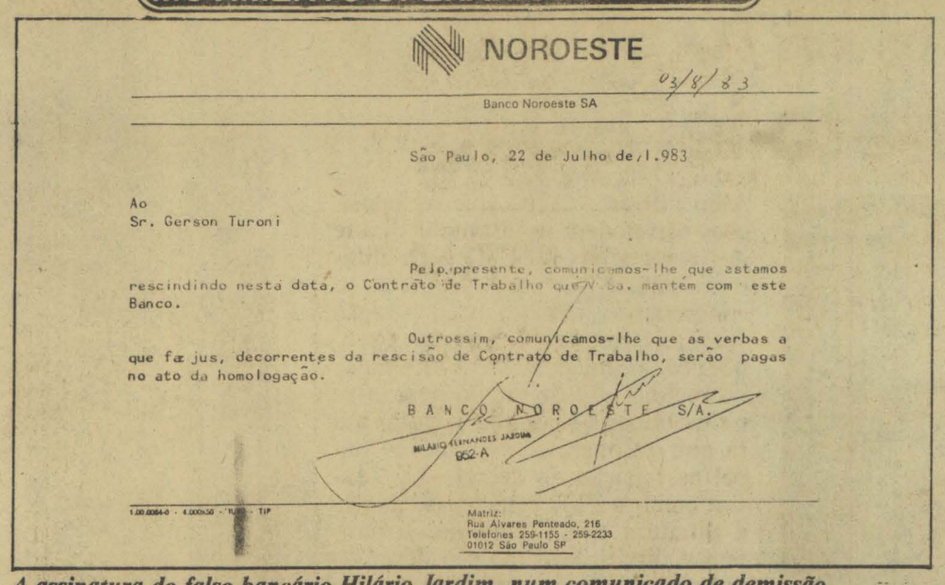
O próprio local do Coneb — o Instituto Metodista do Ensino Superior — simboliza este combate. Seus estudantes e professores vêm de fazer uma longa greve, vitoriosa, pelo afastamento de um reitor fascista.

Pequenos grupos, adeptos do trotsquismo, tentaram impedir que os representantes dos governadores Montoro e Brizola levassem seu apoio ao Coneb. E, aproveitando as provocações de uma facção rival como pretexto, chegaram a se retirar temporariamente do plenário. Não conseguiram, porém, quebrar o caráter unitário e combativo do 4º Coneb da UNE.

Foto L. Carlos Leite



Clara: um Coneb "bem mais rico"



NOROESTE

03/8/83

Banco Noroeste SA

São Paulo, 22 de Julho de/1.983

Ao
Sr. Gerson Turoni

Pelo presente, comunicamos-lhe que estamos rescindindo nesta data, o Contrato de Trabalho que V. Sa. mantem com este Banco.

Outrossim, comunicamos-lhe que as verbas a que faz jus, decorrentes da rescisão de Contrato de Trabalho, serão pagas no ato da homologação.

BANCO NOROESTE S/A.

HILÁRIO FERNANDES JARDIM
852-A

Matriz:
Rua Alvares Penteado, 216
Telefones 259-1155 - 259-2233
01012 São Paulo SP

A assinatura do falso bancário Hilário Jardim, num comunicado de demissão.

Bancários: Sindicato na mão dos gerentes

Quem são os interventores que o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, colocou no Sindicato dos Bancários depois da greve do dia 21? Para o ministro eles são bancários. Mas a própria categoria denuncia, e prova (veja o fac-símile acima): são gerentes, diretamente a serviço dos banqueiros e pessoalmente empenhados na perseguição aos trabalhadores.

Quando decretou a intervenção, Murilo Macedo declarou-se "ex-bancário", disse que para ele foi "doloroso" tomar a medida e que por isso mesmo nomeou uma junta governativa formada por bancários, "não sendo preciso nomear uma pessoa estranha". Mas a mentira teve pernas curtas.

Para começar, nenhum dos três interventores é sócio do Sindicato. Porém não é só isso: nenhum deles é sequer bancário, pois todos ocupam cargos profissionais que os colocam de fato do lado dos banqueiros.

Antonio Romualdo da Silva, do BCN, durante a campanha salarial do ano passado sentava na mesa de negociação representando os banqueiros. No dia 21 ele estava prestes a assumir uma gerência do BCN, em Nova York, nos Estados Unidos. A pedido do diretor do banco aceitou funcionar como interventor para depois ser promovido.

Já Hilário Fernandes Jardim é gerente de recursos humanos do Banco Noroeste. E uma de suas últimas medidas na gerência, no dia mesmo em que foi empossado como interventor, foi demitir dois funcionários do *seu* banco, por terem faltado ao serviço no dia 21 de Julho. O fac-símile acima, assinado por Jardim, é da comunicação de uma das demissões.

Os dados mostram: a intervenção foi feita sob orientação direta dos banqueiros, para acabar com o Sindicato como trincheira de luta da categoria; e os interventores foram escolhidos a dedo com este fim.

Lavradores do norte do Estado: "Eles despejam, nós voltamos..."

Grileiros semeiam o terror em Goiás

"Eu mesmo fui despejado três vezes e minha casa já foi queimada quatro vezes pelos jagunços". O dramático testemunho é de José Celino Morais, posseiro na localidade goiana de Taboca, que esteve em Goiânia para pedir auxílio à Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Os conflitos pela posse da terra espalham-se por todos o Estado.

Taboca fica no município de Nazaré, no Bico do Papagaio, extremo norte de Goiás. Seus moradores estão ali desde 1918, plantando arroz, feijão, mandioca e milho para sobreviver. Por muito tempo eles e suas famílias viveram em suas terras sem ser incomodados.

"De uns tempos para cá — conta João Celino — os danados dos grileiros passaram a fazer pressão para fazer com que a gente deixe nossas teirras. Veio a grileira Odícia Conceição Moraes e quis colocar todo mundo pra fora dizendo que toda essa terra é dela".

A grileira conseguiu uma ação liminar de despejo dos posseiros, junto ao juiz de Tocantinópolis, Domingos de Almeida. Apesar disso — afirma Celino — "eles despejam a gente e nós voltamos".

"NÃO VAMOS SAIR"

Quando os jagunços chegam para fazer o despejo, pegam tudo que encontram dentro das casas. Todos os mantimentos são roubados. Em seguida eles colocam fogo nas casas e nas plantações, espalhando o terror na região para obrigar todos os posseiros a deixarem suas terras. O lavrador comenta: "Essa situação não pode continuar. Nós não vamos sair de nossas terras. Se a gente sair, vamos viver como? Não queremos morrer de fome. Por isso vamos resistir, até o fim."

Os posseiros têm denunciado à Justiça local as arbitrariedades de que são vítimas, mas as autoridades e o delegado de Tocantinópolis não tomaram nenhuma providência. "Enquanto os jagunços andam armados de revólver, rifle e pistola, a polícia não deixa a gente andar com nenhuma arma, nem mesmo para caçar. Uma 'vinte' que eu tinha, me tomaram. Também tomaram de outros companheiros meus" — conta José Celino.

CONFLITO COM A GURUPI

Também no médio-norte goiano os conflitos de terra estão assumindo proporções dramáticas, conforme afirma dom Celso Pereira, bispo de Porto Nacional e da regional Araguaia-Tocantins da Comissão Pastoral da Terra. Nesta região, na Fazenda Agropig (Agropecuária Gurupi Limitada), 60 famílias que vivem no local há diversos anos tiveram suas benfeitorias totalmente destruídas. Os posseiros, no entanto, recorreram à Justiça e conseguiram liminar de permanência nas posses.

Na região de Araguacema muitos posseiros estão sendo expulsos de suas terras por fazendeiros de outros lugares, que se dizem donos da área. Os fazendeiros apresentam até escrituras, devidamente falsificadas, para as famílias que vivem na terra, para forçá-las a sair.

Há poucos dias um grupo de jagunços, junto com a polícia, arrancou da terra 40 famílias. As dez que ficaram estão sendo ameaçadas e já houve até troca de tiros entre posseiros e jagunços.

Já na fazenda Barra da Aroeira, município de Novo Acordo, 30 famílias de negros, estabelecidas ali desde o Império, estão também ameaçadas pela grilagem. Dos 1.400 alqueires que possuiam, hoje só restam 200. E no município de Porto Nacional, 40 famílias de posseiros impetraram ação na Justiça e conseguiram liminar favorável. O grileiro Guilherme Santana teve que recuar junto com seus jagunços.

(da sucursal)

Justiça destitui prefeito do PDS

O governador pedessista de Alagoas, Divaldo Suruagy, acaba de amargar uma contundente derrota: no dia 3 último, o Tribunal de Justiça do Estado declarou nula a indicação do prefeito de Maceió, José Bandeira.

Quando Suruagy indicou o nome do prefeito biônico, levou em conta unicamente o interesse das composições dentro do PDS. Escolheu um cacique do Sertão, que como candidato a deputado não teve votos em Maceió nem para se eleger vereador. Ignorou solenemente o desejo expresso do eleitorado da capital, onde o PDS perdeu para o PMDB na proporção de dois para um. E, na pressa de enfiar goela abaixo o nome escolhido, fez com que a bancada estadual do PDS referendasse a indicação de qualquer jeito, ferindo várias vezes o regimento da Assembléia.

O PMDB alagoano protestou com vigor. E o líder da bancada estadual peemedebista, deputado Eduardo Bonfim, entrou com um mandato de segurança invocando a nulidade da aprovação. Agora que a ação foi acatada pela Justiça, Bonfim considera que "foi uma vitória, porque tentou-se impor ao povo e ao Legislativo um biônico, e não se conseguiu".

Porém Bonfim faz questão de frisar que "o que interessa mesmo para o povo de Maceió é a eleição direta do prefeito da capital, assim como para todo o povo brasileiro interessa eleger o presidente da República".

A decisão do Judiciário teve considerável impacto político em Alagoas, recolocando em pauta o problema do método de escolha dos prefeitos das capitais. E para o governador colocou um dilema de difícil solução: ou ele propõe novamente o nome de José Bandeira, desmoralizado pelo incidente, ou terá que indicar outro nome, desgastando-se da mesma forma. (da sucursal)

Solidariedade à *TO*

Quatrocentos jornalistas, representando 23 Sindicatos, reunidos em Belo Horizonte na 14ª Conferência Nacional dos Jornalistas aprovaram no último fim de semana uma moção de solidariedade à **Tribuna.**

"Os jornalistas brasileiros — diz o texto — repudiam a ameaça de enquadramento dos jornalistas da **Tribuna Operária** na Lei de Segurança Nacional; o processo contra aquele jornal através da Lei de Greve pelo fato de ter apoiado a decisão dos trabalhadores gaúchos nesse sentido; a prisão de nove colaboradores que vendiam aquele órgão em porta de fábricas no dia 23 de julho deste ano; o cerco pela Polícia Federal de um debate promovido pelo jornal em Teresina, no dia 25 último, por motivo do encerramento de uma campanha de finanças; e a prisão arbitrária de dois trabalhadores daquele semanário no início da greve da metalúrgica Belgo Mineira, em Belo Horizonte".

(da sucursal)

Repressão em S. Paulo

Ao que tudo indica continua em ação o "canal aberto" que o superintendente da Polícia Federal em São Paulo, Romeu Tuma, diz ter conseguido para articular-se "sem intermediação" com a Polícia Militar do Estado. Na última segunda-feira, no Largo 13 de Maio, Zona Sul de São Paulo, a PM investiu contra um grupo de trabalhadores que distribuía panfletos do Comitê de Luta Contra o Desemprego. A jovem metalúrgica Arleide Alves e Lurdes Pereira, líderes do Comitê, foram arbitrariamente presas enquanto boa parte do povo que assistia à cena teve que refugiar-se na igreja ao lado. As duas, agredidas e levadas para a Delegacia de Santo Amaro, já iam sendo encaminhadas para a Polícia Federal — o que só não aconteceu devido à intervenção do deputado estadual Benedito Cintra (PMDB) que conseguiu libertá-las. Cintra denunciou o absurdo de, num governo eleito pelo voto oposicionista do povo, se perseguir trabalhadores pelo simples fato de difundirem suas idéias.

A vitória da *União*

Dia 31 o bairro de Santa Isabel, Cuiabá, escolheu numa acirrada batalha eleitoral a direção de sua Associação de Moradores. Foi eleita a Chapa União, tendo à frente dona Joanita, que teve 1.037 votos, contra 160 e 324 votos para duas chapas apoiadas pelo PDS.

O povo do bairro, escolado pela fraude eleitoral governista no 15 de novembro de 1982, fiscalizou atento a eleição. "Aqui não vai votar defunto, sapo de fora, nem cabra safado que vota cinco vezes, como o PDS fez nas eleições" — diziam. Mais de mil pessoas acompanharam a apuração. E argumentavam: "Vamos ficar até o fim para garantir a vitória da União, pois se a vila cair na mão do PDS é mais do que certo que vai ter despejo e perseguição".

(da sucursal)

Recorde de corrupção

Poucas vezes se viu uma eleição tão fraudada como a que fabricou a vitória da Chapa 1 (PDS) no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus, Maranhão. O prefeito Francisco Araújo (PDS) esteve em todas as seções, comprando votos por 50 mil quilos de arroz. Sua esposa na 3ª sessão, prometia alimentos, roupas e dinheiro. A polícia local invadiu a 1ª seção, armada de metralhadora, fuzil e escopeta, para intimidar os eleitores. Pessoas de outros municípios, de outras profissões e até latifundiários votaram. E mesmo o sigilo eleitoral foi violado: o sr. Osmil Nunes da Silva, por exemplo, teve sua cédula marcada pelo presidente da seção 3 e, como havia votado na Chapa 2, foi demitido de seu posto na frente de trabalho da Sudene. A Chapa 2 exigiu da Delegacia Regional do Trabalho uma sindicância sobre estes fatos. (da sucursal)

Passeata em São Luiz

No último dia 29, 300 moradores da Vila Bom Jesus, empunhando faixas com dizeres "Quem não tem para onde ir fica aonde está", "Indenizem nossos prejuízos, somos vítimas da falta de lar", realizaram passeata de protesto pelas ruas de São Luiz do Maranhão.

Essas pessoas estão entre as que foram expulsas da Vila de Bom Jesus pelo prefeito Mauro Fecury, numa operação violenta, com tratores e tropas de choque, para cumprir um decreto de desapropriação da área para criação de um parque ecológico. Os moradores estão alojados numa creche em Coradinho, um bairro próximo à Vila de Bom Jesus. E se negam a sair de lá como forma de protesto. Segundo o deputado Luiz Pedro, do PMDB, que os apóia, "a derrubada das casas de Vila Bom Jesus foi mais um ato arbitrário desse prefeito biônico".

(da sucursal)

A Campinense parou

Depois de duas semanas de atraso e sem nenhuma explicação da diretoria da empresa, os operários da indústria Cotonifícios Campinense S/A, que fabrica tecidos e sacarias em Campina Grande, Paraíba, resolveram deflagrar uma greve de advertência. Logo apareceram os representantes dos patrões, para evitar "bagunça" ou "depredação". Depois tentaram justificar o atraso, alegando falta de pagamento dos fregueses ou falta de recebimento das promissórias por parte dos bancos. Alegaram que "a prefeitura atrasa, todo mundo atrasa, por que que nós não podemos atrasar?"

Mas os operários continuaram parados, fizeram piquetes e só reiniciaram o trabalho quando o pagamento foi efetuado. Os trabalhadores avisaram que a greve foi só de advertência. Se continuarem os atrasos, continuarão as greves.

(da sucursal)

Professores em greve

Os professores da rede estadual de ensino da Paraíba paralisam suas atividades nos dias 2, 3 e 4 de agosto. Esta foi a decisão da Assembléia Geral no último dia 28, como forma de pressionar o governo no atendimento da reivindicação de reajuste salarial, e também para fazer com que o governo cumpra as leis que dão ao professorado duas gratificações (regência de classe e equiparação salarial).

Essa movimentação está sincronizada com a de todos os funcionários, como disse o professor Luciano Romero, da AMPEP (Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba): "Partimos para estes três dias de paralisação devido ao maior grau de mobilização dos professores, mas a tendência deste movimento é de se alastrar pelo restante dos funcionários". Para o dia 3 os funcionários públicos marcaram um "Dia Estadual de Mobilização".

(da sucursal)

Fundação Perseu Abramo Documentação e Memória

Metalúrgicos de todo o país estão em "Estado de Greve"

Os metalúrgicos brasileiros encontram-se em "estado de greve" e podem decretá-la a qualquer momento como forma de pressão contra o decreto-lei 2.045 que arrocha ainda mais os salários. A decisão foi tomada por 750 delegados, representando 140 Sindicatos e 5 Federações de todo o país, que participam do 11º Congresso dos Metalúrgicos do Brasil.

Para Renildo o "congresso teve saldo positivo"

De acordo com a resolução do Congresso, iniciado no dia 1º e que se encerra nesta sexta-feira, os metalúrgicos poderão entrar em greve nos dias próximos às votação do decreto-lei 2.045 no Congresso Nacional. A paralisação nacional visa pressionar os parlamentares a rejeitarem mais esta medida anti-popular e arbitrária do governo militar. Todos os Sindicatos operários reunidos na Praia Grande, no litoral paulista, decidiram preparar em rítmo acelerado as suas categorias para a paralisação.

A greve geral, como forma de luta e a exemplo do que ocorreu entre os metalúrgicos de diversas cidades no dia 21, foi elogiada pelos congressistas. Foi votada uma moção de repúdio à CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), dirigida por Ari Campista, por ter se recusado a encaminhar a greve geral e ter, inclusive, publicado matéria paga em jornais condenando a realização do movimento paredista.

Outra importante decisão do Congresso é que os metalúrgicos brasileiros, através das suas entidades sindicais, devem participar do Conclat em agosto. E os congressistas se pronunciaram na defesa da fundação da CUT este ano. Causando certa surpresa foi proposta a criação de uma Confederação Nacional dos Metalúrgicos, sob o argumento de que unificaria o setor mais avançado da classe operária brasileira. A proposta foi aprovada, mas não o se detalhou como será formada, em que prazo, etc.

Para Renildo Souza, secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, "o Congresso teve saldo positivo. Representou avanço na organização dos trabalhadores metalúrgicos a nível nacional. Foram vitoriosas as propostas mais avançadas, corretas e justas, como a greve geral contra o 2.045 e a participação no Conclat". O dirigente baiano assinala debilidades no Departamento Metalúrgico da Fitim, organizadora do Congresso, "que ainda é pouco dinâmica e democrática". E acha que a proposta da Confederação Nacional dos Metalúrgicos "tem um conteúdo justo. Significa um avanço na luta da categoria se formada com princípios democráticos e combativos".

A FITIM condena a intervenção

Dirigentes sindicais de 11 países da América Latina, representando mais de 2,5 milhões de trabalhadores metalúrgicos do continente, encerraram, no dia 30 de julho, em São Paulo, no Nikkey Palace Hotel, a 12ª reunião do Conselho Latino Americano da FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica. A reunião, entre outras decisões, deliberou enviar uma carta ao presidente Aureliano Chaves, protestando contra as recentes intervenções em sindicatos praticadas pelo governo.

Além do protesto enviado ao presidente Aureliano Chaves, os dirigentes sindicais decidiram protestar contra o regime do general Pinochet, que "oprime e reprime a classe trabalhadora chilena".

Nesta reunião de São Paulo estiveram presentes 34 dirigentes sindicais, representando a Argentina, Chile, Colômbia, México, Panamá, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad y Tobago, Venezuela e Brasil. As entidades brasileiras presentes foram as Federações dos Metalúrgicos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, além dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, São Paulo, Santos e Curitiba. A reunião durou dois dias e foi marcada pela constatação de um quadro desolador na América Latina.

Participação ativa dos 719 delegados; só ficaram à margem no acordo de cúpulas para a Pró-CUT.

Ceclat em S. Paulo tem maior unidade

Com a presença de 112 entidades sindicais realizou-se nos dias 29, 30 e 31 o II Ceclat (Congresso das Classes Trabalhadoras) de São Paulo. Os 719 delegados presentes aprovaram um combativo plano de lutas e decidiram — por pequena margem de votos — fundar a CUT no Conclat. Na hora de eleger as novas direções da Pró-CUT vingou novamente o cupulismo e o exclusivismo de algumas correntes sindicais, elegendo-se direções que ainda pecam pela falta de representatividade.

A greve geral do dia 21 possibilitou uma pequena melhora na composição do Ceclat paulista, com a participação de 39 Sindicatos ligados à classe operária, entre eles o dos Metalúrgicos de São Paulo que estava de fora da Pró-CUT. Outra entidade que estava ausente da intersindical, a Fetaesp (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) também se fez representar através de cinco Sindicatos. Apesar disto ainda foi proporcionalmente maior a participação das Associações; das 112 entidades sindicais, 42 eram Associações pré-sindicais e de servidores públicos.

Também houve um avanço no sentido na unidade do movimento sindical paulista, deixando-se de lado a divisão mecânica entre pelegos e "autênticos", dissolvida na prática pela greve geral. A primeira vitória neste sentido foi a eleição da mesa dirigente do Congresso, onde venceu a chapa que contemplava o Sindicato dos Metalúrgicos paulistanos.

Os dirigentes sindicais que se posicionaram contra a paralisação do dia 21 foram vaiados. Arnaldo Gonçalvez, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e líder da corrente contrária à greve geral, foi duramente criticado por sua atuação como bombeiro na Baixada Santista. Cinicamente brincou para não chorar quando foi vaiado: "Finalmente consegui a unanimidade do plenário". Outra que não escapou à cobrança dos delegados foi Clara Ant, vice-presidente da Federação dos Arquitetos: "que legal, que legal, fura-greve radical", provocaram os delegados.

A maior preocupação dos delegados foi em tirar do Congresso um plano de lutas concreto para conquistar as reivindicações trabalhistas. Neste sentido a greve que parou a capital paulista foi saudada por todos como um exemplo de luta e decidiu-se que o Conclat deve marcar uma nova greve geral.

"Não dá para negociar com um governo que intervém nos Sindicatos"

Alguns destacados sindicalistas apresentaram como proposta a criação de uma "comissão nacional de negociação" e que se abrisse "um canal de negociação com o governo". No debate o termo negociação foi abolido. "Não dá para negociar com um governo que intervém nos Sindicatos e que nunca nos atendeu, quanto mais negociou", afirmou um diretor cassado do Sindicato dos Metroviários, Wagner. Ficou decidido formar uma comissão de reivindicação. E por sugestão do metalúrgico Aurélio Peres foi incluída na pauta de reivindicações algumas exigências políticas, como eleições diretas para presidente da República. "Não haverá liberdade sindical enquanto perdurar o regime do general Figueiredo", explicou o deputado operário.

Para o Conclat os delegados paulistas levarão a proposta do desencadeamento de campanhas nacionais de luta, centrando nos problemas que mais afligem os trabalhadores. Entre as campanhas aprovadas estão: contra o arrocho salarial e o desemprego; por liberdades políticas e pelo fim das intervenções nos Sindicatos; e pela reforma agrária.

Outra importante resolução foi a de que o movimento sindical deve lutar pela unificação com o movimento popular. Como forma de encaminhar esta resolução decidiu-se convocar para setembro ou outubro o I Encontro Paulista do Movimento Sindical e Popular.

Como já era esperado, na discussão sobre a criação ou não da CUT no Conclat em agosto houve divergências. Mesmo os que propunham a criação da CUT este ano o fizeram de forma tímida, alegando que faltam condições objetivas para criá-la. Propuseram a formação de uma direção provisória "que terá a incumbência de estruturar a CUT", conforme diz o documento assinado por Jair Meneguelli, entre outros.

Outros sindicalistas analisaram a questão de forma mais realista e ponderada. "Ninguém é contra a fundação da CUT; ao contrário, minha vontade é que a gente já tivesse criado na 1º Conclat", afirmou Wagner, que explicou: "Mas o movimento sindical não vive de vontades. As atuais condições políticas e de unidade e representatividade do movimento sindical para fundar a CUT ainda são insuficientes."

Wagner e outros propuseram que a Pró-CUT fosse renovada, encaminhasse as campanhas nacionais, amadurecendo as condições de fundação da central sindical. "Trocar o nome de Pró-CUT para CUT não nos interessa", concluiu Wagner. Foram necessárias duas votações para averiguar a decisão do Ceclat. No final a vontade de fundar a CUT, elegendo-se uma direção provisória, ganhou. Para propiciar aprofundamento da discussão não se votou qual estatuto terá a CUT.

Acordos de cúpula e exclusivismos na hora de eleger as direções

Nem mesmo acabara de se votar pela CUT-83, evidenciava-se a debilidade do movimento sindical. Na eleição dos representantes de São Paulo na Pró-CUT Nacional e da nova direção estadual da Pró-CUT uma verdadeira briga no escuro, de cúpulas, taxada pelo próprio presidente da mesa de "mesquinha, deprimente". Num acordo os mesmos que haviam sido vaiados, taxados de fura-greve pelos delegados, Clara Ant e Arnaldo Gonçalves, eram reconduzidos à Pró-CUT Nacional.

Já para a Pró-CUT Estadual prevaleceu o espírito exclusivista da corrente sindical petista. Sindicatos e dirigentes poucos representativos foram incluídos e outros que se destacaram na greve do dia 21 ficaram de fora. "Os mesmos que falam em CUT pela base deixam de fora um dos representantes do Sindicato dos Metroviários. Marginalizam aqueles que ajudaram a parar São Paulo, fizeram uma das maiores assembléias da categoria e sofreram intervenção. Isso é o fim da picada", afirmou Maurício, outro diretor afastado da entidade. Na plenária o descontentamento é geral e os gritos: "A CUT é união sem os dólares do patrão", — referindo-se ao dinheiro dado pela social-democracia européia à Anampos (ver box).

CUT é união, sem dólar

"A CUT é união, sem o dólar do patrão", foi uma das palavras de ordem gritadas no Ceclat de São Paulo. Refletia a condenação dos delegados ao financiamento que a Anampos buscou no exterior para fortalecer uma determinada corrente sindical e buscar controlar o próximo Conclat.

Lula, em entrevista ao jornal **Gazeta Mercantil**, confirmou que o dinheiro existe. Mas não esclareceu de onde vem. Jacó Bittar, também dirigente nacional da Anampos, e Luis Gushiken, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, também confirmaram mas igualmente se esquivaram de revelar a fonte.

Por que tanto segredo? Se realmente estes dirigentes defendem que isto é uma "ajuda internacionalista", então é mais do que justo que informem às massas trabalhadoras sobre estes amigos tão generosos: são 710 mil dólares!

Outra pergunta que os operários se fazem é sobre o destino deste dinheiro. Se o interesse é colaborar com o fortalecimento do sindicalismo, o natural seria colocar esta "ajuda" nas mãos das entidades em geral e não favorecer a um grupo — a não ser que o interesse seja outro, como tudo indica. Ou seja, o de preparar o caminho para um golpe onde uma corrente política tutelada de fora, no caso pela social-democracia européia, tente monopolizar a direção do sindicalismo brasileiro. É urgente esclarecer e denunciar esta trama realizada às escondidas de patrões e operários já estão fartos!

A fundação da CUT e a situação do sindicalismo

Uma das questões de grande importância que a Conclat-83 está chamada a decidir é a fundação ou não da Central Única dos Trabalhadores este ano. Sem dúvida, existe um anseio generalizado por parte de amplos setores do movimento sindical para que essa fundação se dê agora. Esse anseio se baseia no sentimento de que, na atual situação do país, amadurecem as condições para o movimento sindical e operário criarem sua Central Única, que seja capaz de unir e dirigir suas lutas.

Os recentes Ceclats da Bahia e São Paulo foram palco de acontecimentos políticos que chamam a atenção e mostram o grau de unidade política e representatividade existente no movimento sindical, condições básicas para a existência de uma CUT. Na Bahia, uma maioria artificialmente formada com dólares da social-democracia européia e capitaneada por uma obscura Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), corrompendo consciências, manipulando delegados, promovendo falsos líderes, aprovou teses estreitas e isolacionistas para o movimento sindical. Em São Paulo um Ceclat de bom nível político foi frustrado na sua expressão organizativa, ao eleger para direção intersindical estadual e para a representação do Estado em nível nacional certos elementos que capitularam na recente greve geral do dia 21, a ela se opondo e contra ela trabalhando.

É ridículo ver certos setores do sindicalismo, que tanto se ufanam de lutar e praticar um sindicalismo que "rompe as estruturas" e que marcha para uma "autonomia" frente ao Estado e aos patrões, tomarem por base de sua ação e de sua capacidade de intervenção no Conclat a arregimentação, mobilização e treinamento de delegados na base de dólares da social-democracia européia. Belo exemplo de independência e autonomia sindicais esses setores dão! Essa independência e autonomia nada mais são que a dependência e subordinação a um dos mais perniciosos, oportunistas e pérfidos inimigos da classe operária e do movimento sindical, a esclerosada e decadente social-democracia.

De outro lado, os decantados discursos de "respeito às bases" são sistematicamente abandonados quando, para satisfazer interesses menores de grupos, apóia-se composições de "chapas unitárias" cujo critério básico é o fisiologismo mais descarado, a garantia de espaço para facções e sub-facções de correntes políticas, independente de suas posições e principalmente de sua prática.

É tendo uma realidade como essa como pano de fundo que a Conclat deverá criar a CUT?

Evidentemente que não. O movimento sindical brasileiro, no grau atual de unidade política e participação das entidades realmente representativas, não acumulou as condições mínimas para a fundação da CUT. Ainda é necessário avançarmos bastante na luta por liberdades políticas. Consolidar na vida uma unidade e representatividade ganhos na luta comum. A greve geral de 21 próximo passado, teve o mérito de mostrar unidade da massa ao parar o centro indústrial

A Central Única é fruto do avanço, não só do movimento sindical, mas do conjunto da causca democrática. À medida em que a luta por liberdades políticas conquista mais espaço, e com isso permite uma maior manifestação organizada dos vários setores sociais, o movimento sindical vai se manifestando, alcançando vitórias e possibilitando através de encontros e congressos um intercâmbio de experiências e a elaboração de plataformas comuns de luta que vão lançando as bases da sua unidade e representatividade.

A criação da CUT, dentro do quadro atual do movimento sindical, geraria uma central com sérias distorções, capazes de inviabilizá-la. Seria uma CUT fruto de articulações de cúpula, artificial, sem um amplo respaldo no movimento sindical, e por isso mesmo capaz de desencadear a ação divisionista de certos setores com tendências pluralistas.

O movimento sindical brasileiro muito espera de sua Central Única. Ela será um instrumento chave para coordenar e dirigir todas as lutas gerais dos sindicatos, e jogará papel decisivo na integração da luta sindical com as lutas gerais do povo por liberdade e progresso social. Para isso se torna necessário que a Central Única dos Trabalhadores surja na hora certa, forte e amplamente respaldada, sob pena de frustrar não só o movimento sindical, mas todo o movimento popular e progressista. **(R. Freitas)**

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Ativista diz como Canoas parou

Canoas é uma cidade que enfrenta grandes dificuldades. É uma das maiores concentrações operárias do Rio Grande do Sul. O povo mora em vilas com péssimas condições. Ainda por cima, apesar do povo todo votar na oposição, o prefeito é biônico, porque Canoas é área de segurança nacional.

Por isso está sendo construída aqui uma grande união entre o movimento operário e comunitário. E foi por causa dessa união que **no dia 21 de julho Canoas parou.**

O comércio parou: 95% da indústria metalúrgica e 50% da indústria de alimentação também pararam. Um papel muito importante tiveram os Sindicatos dos Metalúrgicos e da Alimentação, a União das Associações de Moradores de Canoas e as entidades comunitárias.

Esta greve trouxe muitos ensinamentos. Mostrou que o povo já não agüenta mais a situação de miséria. Está disposto a lutar e a enfrentar até a repressão, principalmente depois deste último pacote, que segundo o Paim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, pode até congelar os nossos salários, é só as empresas provarem que não estão tendo lucro, o que é fácil para elas.

Um dos piquetes maiores daqui aconteceu na Vila Mathias Velho, o maior bairro operário de todo o Estado, com 80 mil pessoas. A situação aqui na Vila é tão grave que, outro dia, uma mulher foi assaltada de madrugada quando ia para o trabalho e só levaram a sua marmita, não roubaram um tostão. Pois aqui na Mathias o piquete iniciou às 4 horas da manhã, com 15 pessoas. Mas depois os trabalhadores foram aderindo e chegou a ter quase 300 pessoas participando. Os piqueteiros conversavam com os motoristas de ônibus e a maioria abria as portas para os trabalhadores descer. Ou então pediam para furar os pneus.

Os piqueteiros mostraram muita disposição e organização. Não dispersaram nem quando chegou a repressão, nem mesmo quando prenderam dois. Um dos presos era menor e a Brigada bateu muito no rapaz. Isto revoltou muito os moradores. Tinha cinco brigadianos em cima dele e mesmo assim ele reagia. Aqui em Canoas foram presas dez pessoas.

Mas a principal vitória foi ter impedido que qualquer ônibus circulasse das 6:30 às 7 horas, garantindo que os operários não chegassem nas fábricas. Foram furados mais de 300 pneus.

Às 10 da manhã houve assembléia de moradores de Canoas, no Sindicato dos Metalúrgicos. Aí foi reafirmada a decisão de ir **a pé** até Porto Alegre, junto com os trabalhadores de Sapucaia e Esteio. Todos os discursos falaram sobre a justeza da greve, a necessidade de acabar com o regime militar, a vitória da nossa união e a demonstração de que os trabalhadores, a classe operária, tem condições de se organizar e um dia **vai** dirigir os destinos do nosso país.

A passeata iniciou com com mil pessoas mas chegou a ter 5 mil, que foram aderindo, a pé ou de bicicleta. Caminhou 25 quilômetros, levando faixas. Foi aplaudida onde passava. O povo gritava: "Queremos eleger o presidente do Brasil!"; "O povo não tem medo, quem tem medo é o Figueiredo!".

Esta greve ensinou muito para a próxima, pois todo mundo em Canoas acha que está foi só a primeira. Nós, aqui em Canoas, sabíamos que a greve era justa, e mais do que isto, que era possível. Esperamos que todos os brasileiros, principalmente os operários, saibam através da nossa luta, aqui em Canoas, que quem nos empurra para a greve de protesto é o governo, mas quem permite que ela seja realizada é a nossa união. **(B.C., piqueteira da Mathias Velho — Canoas, Rio Grande do Sul)**

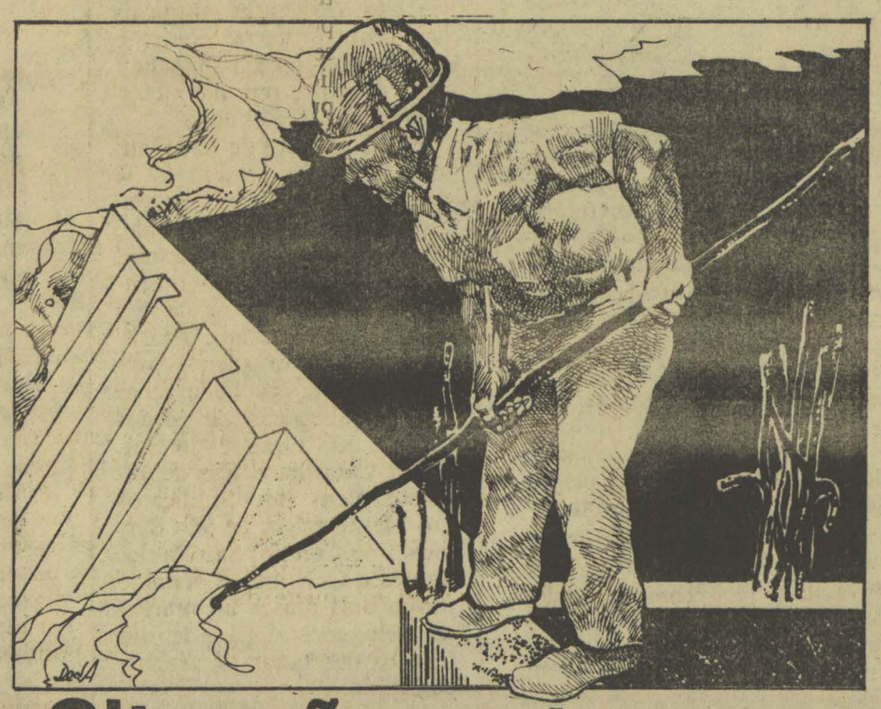
União de Mulheres chama à ação pelo novo Código Civil

A luta pela emancipação da mulher brasileira passa pela conquista de amplas e radicais mudanças de ordem econômica, política, social, cultural e também jurídica. O Código Civil vigente coloca a mulher num plano de inferioridade e subalternidade em relação ao marido. Garante por exemplo, no artigo, 233, que o marido seja o *chefe da sociedade conjugal.* É ele que deve administrar os *bens* do matrimônio e pode até se opor à liberdade de trabalho remunerado da esposa. O artigo 178 prescreve que o homem pode pedir anulação do casamento caso a mulher não seja virgem. O Código reflete as idéias mais atrasadas e preconceituosas, que consideram a mulher um objeto na mão dos homens.

Por isso, nós da **União das Mulheres de São Paulo** apoiamos a proposta de novo Estatuto Civil da Mulher, elaborada em 1975 pelas juristas Sílvia Pimentel e Florisa Verucci e encaminhada há três anos ao Congresso Nacional, pelas parlamentares Cristina Tavares e Laélia Alcântara. Lançamos uma campanha nacional pela reformulação imediata do Código.

Soubemos agora que a Comissão de Estudos aprovou a maioria dos ítens do novo Estatuto, o que facilita a aprovação no Congresso. Portanto, meia batalha está ganha. Agradecemos aos homens e mulheres que apoiaram a campanha. E esperamos contar com todos os Estados para compor a **Caravana Nacional de Mulheres** que deverá estar presente no dia da votação, para exigir dos parlamentares um comportamento de civismo, aprovando o novo Estatuto Civil da Mulher.

Contamos também com o apoio da imprensa, principalmente a imprensa operária, para que amplie a opinião pública favorável à mudança. **(Maria Amélia de Almeida Teles, presidente da União de Mulheres — São Paulo, SP).**



Situação preta para operários de Tucuruí

Gostaria que vocês publicassem esta denúncia largamente nas páginas da **Tribuna Operária,** da qual sou assinante: foi despedido um de nossos companheiros de trabalho aqui em Tucuruí, injustamente, sem motivo. E o pior — foi acusado de um erro que foi cometido pelo mestre da seção.

Puseram a culpa num operário que veio lá de Paulo Afonso, na Bahia, com a mudança, os dois filhos e a mulher. Ele se chama Raimundo, é eletricista bobinador e agora continua aqui no Pará, sem nem saber se a companhia leva a sua mudança de volta.

Quem mandou embora foi o encarregado geral, que é chamado de supervisor. É um francês, responsável pela bobinagem da máquina 1. Trata os operários como se fosse uma turma de presidiários, com a maior humilhação, injustiça, ameaçando os operários, prometendo mandar embora.

A coisa aqui em Tucuruí está preta, principalmente neste setor de bobinagem. Os bobinadores estão ameaçados de ser mandados embora porque as nossas caras não agradam o senhor chefe. De outra vez o mestre, ao tirar uma cunha que calça a bobina, cortou a bobina. Então eles, para não mandarem o mestre para a rua, mandaram um operário bobinador. O rapaz continua aqui, se batendo para voltar, sem saber da pouca vergonha e da falta de caráter desses indivíduos.

(H.S.T. - Tucuruí, Pará)

Um ato do 21 de Julho que não saiu no jornal

Nenhum jornal noticiou, mas a verdade é que em Itapuranga, Goiás, a greve geral do dia 21 foi marcada por uma manifestação de 500 trabalhadores, na grande maioria trabalhadores rurais que vivem de cortar cana para abastecer a Usina Pite SA, a maior empregadora da região.

O vereador Evandro Lins, do Bloco Popular do PMDB, falando em nome da Câmara Municipal, denunciou o governo que "está entregando de mãos beijadas a nossa soberania para os banqueiros internacionais e o FMI, que hoje estão governando de fato o nosso país". Também o vice-presidente do Sindicato dos Professores, José Geraldo Santana, condenou os pacotes econômicos do governo, como o decreto nº 2045. O representante da Pró-CUT estadual, Sebastião Gontijo, denunciou a repressão à luta dos trabalhadores e as intervenções nos Sindicatos.

Ao final, os trabalhadores presentes manifestaram o desejo de continuar a luta pelo fim do regime militar, por eleições diretas para presidente da República e pela Convocação de uma Assembléia Constituinte livre e soberana. **(do correspondente - Itapuranga, Go).**

Vingança contra a greve na Mafersa

A dispensa do companheiro Duarte da Mafersa, por "justa causa", tem por objetivo golpear toda a união e organização dos trabalhadores na fábrica. O companheiro é o primeiro de uma enorme lista de dispensas. A justificativa da empresa — uma discussão na linha de montagem — faz parte de uma descarada trama que já vinha sendo montada pela chefia.

Desde a época da "Socopam", uma suposta participação nos lucros, nós nos organizamos, tiramos nossa comissão de representantes, contra a vontade da empresa. O companheiro Duarte era membro da comissão.

Nós sempre escutamos da diretoria que "o maior patrimônio da Marfersa são os seus operários". Mas a vida tem mostrado o contrário.

Em 81, quando houve um enorme facão, a maioria dos dispensados era da produção. Em 82, os mestres e engenheiros tiveram aumento de 15%, houve promoções nos setores burocráticos, mas os operários — "o maior patrimônio da Mafersa" — foram novamente esquecidos.

Este ano nos esqueceram novamente. Liberaram as promoções nos setores burocráticos, às escondidas, para os operários não ficarem sabendo. Inclusive a chefia alertou alguns promovidos, que era para eles não contarem para ninguém. Nós nos erguemos, realizamos várias assembléias, exigindo explicações sobre o golpe. Tiveram então que ceder um pouco.

Na greve geral do dia 21 nós fomos vitoriosos. A Mafersa não funcionou. Depois a empresa tentou nos golpear com a dispensa do companheiro Duarte.

O desemprego aumenta. O custo de vida é insuportável. Parte dos trabalhadores já perdeu o PIS. Já nos tiraram os 10% da faixa de um a três salários mínimos. Já expurgaram o INPC. Nos tiraram 20% do INPC. Ameaçan com o fim do 13º e o fim do PIS para todos. Só nos resta uma saída — a luta pelos nossos direitos e pelo fim desse regime de fome. **(um grupo de operários da Mafersa - São Paulo, SP)**

Meninos expulsos do terminal

Nós, mães de família de Santa Inês, estamos revoltadas com o que acontece em nossa cidade. Por isso queremos que esta carta seja publicada e todos sintam o que os homens do PDS fazem com os pobres.

Ultimamente foi inaugurado um terminal rodoviário novo, bem próximo ao nosso bairro. E o senhor *Zé Carcará,* vice-prefeito, ficou como gerente. Mas ele proibiu a venda de qualquer coisa na área do terminal. As nossas crianças insistiram e foram espancadas pela polícia. Tiraram suas caixas de dindins, sacos de pipoca, bacias de bolo, laranjas, a mando do senhor vice-prefeito, com o aval do prefeito.

É grande a lamentação das mães. Muitas fazem bolinhos para custear a alimentação da família e agora estão sem este meio de sobrevivência. Emprego não existe nem para os maridos, imagine para crianças.

Uma das crianças se queixou ao policial; ele respondeu "Vá roubar". Uma mulher pediu ao vice-prefeito um pontinho para vender, a resposta foi "Eu não sou culpado de ninguém ser pobre, se quiser vai se queixar a Deus" **(Mães de Santa Inês - Maranhão).**

fala o POVO

Temos desta vez três cartas com experiências da greve geral. Chamamos todos a ler a da "piqueteira de Mathias Velho", que conta com orgulho como sua cidade "parou no dia 21". É um exemplo de carta que dá gosto publicar.

Dá gosto pelo tema. Pelo conteúdo, político, mas agarrado nos fatos, cheio de ensinamentos. E por ser uma carta de quem esteve no centro da peleja. Esperamos ter ainda muitas cartas como esta, sobre o dia 21.

Nesta firma mulher nem pode comer caramelos

Desde a sua inauguração, os supermercados Superlar vêm impondo as mais subhumanas condições trabalhistas em Itapetinga. Aplicam feroz discriminação sexual — impedem a admissão de funcionárias que tenham filhos, cancelando imediatamente suas fichas. E não param aí, pois a funcionária com indícios de gravidez é imediatamente posta para fora. O objetivo é aumento do lucro, eliminando a despesa com salário-família.

As funcionárias relatam fatos incríveis. Uma empregada foi demitida por ter chupado um caramelo, apesar de querer pagar. Foi coagida a assinar a demissão, sem direitos, sob ameaça de sujarem sua carteira profissional — acusando-a de roubo. Dia 25 último foram despedidos 11 funcionários, que o Superlar acusou de roubar para não pagar a indenização, usando a mesma tática de coação. Ficaram pais e mães de família desempregados. (um tribuneiro — Itapetinga, Bahia)

Em Ceilândia uma biônica ameaça os caemlôs com *rapa*

Ceilândia, com 400 mil habitantes, sofre há 12 anos nas mãos da administradora Maria de Lourdes Bastos — indicada pelo govenador do Distrito Federal, já que não temos eleições em Brasília.

A última arbitrariedade da administração foi contra os ambulantes da feira de Ceilândia, na maioria desempregados e aposentados. No dia 24 eles receberam um comunicado informando que "a partir desta data serão feitos *rapas* periódicos e que as mercadorias não serão devolvidas".

Esse ato gerou revolta. O senhor Francisco Alves de Lima, marceneiro aposentado por acidente de trabalho, um dos mais antigos vendedores de amendoim da praça, declarou que "de fome em nosso país eu não morro enquanto as multinacionais continuarem roubando". Maria Zélia, que vende salgadinhos e tem dois irmãos ambulantes, acha errado o rapa: "Se a pessoa não tem emprego e não vende na feira, resta somente roubar".

Os ambulantes já preparam uma reunião para discutir o problema e um plano de ação, na sede do PMDB local. Gostaríamos de dizer aos feirantes já registrados que esta luta não deve ser entendida como uma ameaça para eles. O que se coloca é fortalecer a unidade do povo sofrido e explorado. *(Núcleo de apoio da TO em Ceilândia — Distrito Federal)*

Veneno químico na lavoura matou 26 no Paraná em 1982

Nos dias 5, 6 e 7 de agosto, Curitiba recebe as entidades ecológicas do Brasil para debater o uso de agrotóxicos.

Somente no Paraná, na última safra agrícola, 26 pessoas morreram e houve mais de 1.600 intoxicações por contato ou inalação de produtos químicos usados na agricultura. As vítimas são trabalhadores do campo, que para não morrer de fome trabalham sem as menores condições de segurança: Mas os produtos químicos estão presentes também nos alimentos consumidos pela população. O modelo agrícola exportador impõe o uso indiscriminado da terra, a monocultura e a utilização nacional das entidades, a fim de preocupação: a concentração de riquezas.

O movimento em defesa da qualidade de vida e do meio ambiente tem crescido dentro do país, porém de forma desorganizada. O encontro de Curitiba objetiva a discussão dos problemas e a organização nacionadas das entidades, a fim de deflagrar uma luta unificada. **(um membro do Movimento Sete Quedas Viverá - Curitiba, Paraná)**

Centro de Documentação Sindical

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Um avanço na luta de classe

Com a luta econômica os operários visam em geral obter melhores condições para a venda de sua força de trabalho. E para isto a greve é uma das formas mais provadas de combate. Mas nas épocas de crise, quando a produção cai vertiginosamente de rítmo, esta *mercadoria* é atirada na rua em grandes quantidades. A greve isolada por fábrica diminui sua eficácia e a luta política se impõe para mudar a situação.

Com a crise, os capitalistas jogam os maiores sacrifícios sobre as costas da classe operária. A resistência à exploração se torna uma batalha desesperada, dia a dia, para enfrentar a ameaça da miséria e da fome que bate às portas de milhões de trabalhadores. No começo o resultado é uma certa perplexidade, uma sensação de impotência diante dos golpes sofridos. Aos poucos forma-se a idéia de que já não é suficiente a batalha de cada destacamento isolado, de que é necessário um movimento unitário, que mobilize toda a categoria e inclusive todas as categorias numa greve geral. A partir daí a luta muda de caráter: o alvo não é mais esta ou aquela conquista específica mas um combate contra o governo e o conjunto dos patrões.

O acirramento da luta de classes leva os donos do poder a acentuar sua atividade repressiva. As leis passam a ser desrespeitadas pelos próprios governantes. Os direitos consagrados pela legislação em tempos de "paz" passam a ser violados a pretexto de evitar a subversão da ordem. Os líderes operários são demitidos das fábricas sem nenhum apoio legal. As entidades sindicais passam a sofrer pressões. Os problemas sociais passam a ser considerados caso de polícia. Isto acontece mesmo nos países considerados democráticos e muito mais nos regimes arbitrários como o do Brasil, entre outros.

REVOLUÇÃO AMADURECE

Mas se a repressão pode impedir uma ou outra greve, uma ou outra manifestação, não pode impedir a indignação crescente das massas. Não pode evitar que os protestos cresçam tanto em amplitude como em intensidade. E principalmente que se projetem novas lideranças, mais combativas e mais aptas politicamente para enfrentar os opressores.

A greve geral realizada no dia 21 de julho indicou o novo patamar de lutas que os trabalhadores brasileiros preparam. Foi uma primeira ação conjunta de milhões de trabalhadores em plano nacional. Apesar de contida pela vacilação das direções sindicais, representou na prática um enfrentamento direto das massas com o regime. As ilusões de conquistas graduais vão cedendo lugar à consciência de que a situação exige transformações em profundidade. As regras do jogo em vigor já não comportam os interesses da classe operária e das amplas massas populares. A revolução amadurece na cabeça de milhões de brasileiros.

INCORPORAR MASSAS

Esta conjuntura tem inúmeros paralelos na história dos povos. As massas elevam rapidamente o seu nível de compreensão política e partem para lutas mais radicais. A burguesia e as demais forças dominantes tratam de abortar o movimento. Seja através de manobras para esvaziar o avanço popular, seja através de provocações que precipitem ações imaturas, facilitando golpear as entidades e organizações de vanguarda. O proletariado não pode se intimidar e recuar mas ao mesmo tempo precisa de grande habilidade para dar os passos mais justos, que permitam às grandes massas se incorporarem às batalhas decisivas.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. **Telefone:** 36.7531 (DDD). **Telex:** 01132133 TLOPBR.

Jornalista responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.
Sucursais:
ACRE — Rio Branco: Rua Belém, 91, Estação Experimental Rio Branco — CEP 69900. **AMAZONAS — Manaus:** Rua Simon Bolivar, 231 — A (Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — CEP 69000. **PARÁ — Belém:** Rua Aristides Lobo, 620 — Centro — CEP 66000. **MARANHÃO — São Luiz:** Rua do Machado, 174 — Centro — CEP 65000. **PIAUÍ — Teresina:** Rua Eliseu Martins, 1130, 1º andar CEP 64000. **CEARÁ — Fortaleza:** Rua do Rosário, 313, sala 206. CEP 60000. **Sobral:** Av. Dom José, 1236, sala 4, CEP 62100. **RIO GRANDE DO NORTE — Natal:** Rua Fonseca e Silva, 1098, sala 202, Alecrim CEP 59000. **PARAÍBA — João Pessoa:** Rua Padre Meira, 30, sala 108, CEP 58000. **Campina Grande:** Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar — CEP 58100. **PERNAMBUCO — Recife:** Rua do Sossego, 221 — Boa Vista — CEP 50000. **Cabo:** Rua Vigário Batista, 239, **Garanhuns:** Rua 13 de Maio, 85, 1º andar, sala 3, CEP 55300. **ALAGOAS — Maceió:** Rua Cincinato Pinto, 183, Centro. CEP 57000. **SERGIPE — Aracajú:** Rua João Pessoa, 299, sala 28, CEP 49000. **BAHIA — Salvador:** Rua Sen. Costa Pinto, 845, Centro CEP 40000. **Feira de Santana:** Av. Getúlio Vargas, 260, sala 101, CEP 44100. **Camaçari:** Rua José Nunes de Matos, 12, CEP 42800. **Itabuna:** Av. Juracy Magalhães, 180, sala 204, CEP 45600. **MINAS GERAIS — Belo Horizonte:** Av. Amazonas, 491, sala 817. Fone: 224.7605. CEP 30000. **Juiz de Fora:** Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411, CEP 36100. **GOIÁS — Goiânia:** Rua 27, nº 69 Centro - CEP 74000 - Goiânia-GO **DISTRITO FEDERAL — Brasília:** Ed. Goiás, sala 322, Setor Comercial Sul, CEP 70317. **MATO GROSSO — Cuiabá:** Rua Comandante Costa, 548, Fone. 321.5095. CEP 78000. **ESPÍRITO SANTO — Vitória:** Rua Vitória, 961 - Forte São João - CEP 29000 - Vitória-ES - **RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro:** Rua São José, 90, sala 2208, CEP 20000. **Rio de Janeiro:** Rua Carvalho de Souza, 155, loja F, Madureira, CEP 20000. **Niterói:** Av. Amaral Peixoto, 370, sala 807, CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nunes Alves, 40, sala 101; CEP 25000. **Nova Iguaçú:** Rua Otávio Tarquínio, 74, sala 605, CEP 26000. **SÃO PAULO — São Bernardo do Campo:** Rua Jurubatuba, 1716, sala 9, 1º andar, CEP 09700. **São Caetano do Sul:** Rua Sta. Catarina, 39, sala 303, CEP 09500. **Campinas:** Rua Regente Feijó, 592, CEP 13100. **Marília:** Rua Dom Pedro, 180, 1º andar, CEP 17500. **Piracicaba:** Rua Gov. Pedro de Toledo, 1367, CEP 13400. **Ribeirão Preto:** Rua Sergipe, 119, CEP 14100. **Santos:** Av. D. Pedro II, 7, CEP 11100. **São José dos Campos:** Rua Sebastião Humel, 185, sala 7, CEP 12200. **Taubaté:** Rua Souza Alves, 632, sala 5, CEP 12100. **PARANÁ — Londrina:** Rua Sergipe, 891, salas 7 e 8, CEP 86100. **RIO GRANDE DO SUL — Porto Alegre:** Rua General Câmara, 52, sala 29, CEP 90000. **Caxias do Sul:** Rua Dr. Montaury, 658, 1º andar, sala 15, CEP 95100. **Rua Andrade Neves, 1589 sala.403 - Pelotas-RS. CEP 96100.**

A **TRIBUNA OPERÁRIA** é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta e Impressa por Proposta Editorial, Rua Heitor Penteado, 236, loja 8 Tels. 263 3115. São Paulo-SP

Foto: Luiz Novaes

Hortência: insegurança no Mundial e esperança no Pan

O favoritismo do nosso vôlei

A fase final de preparação da delegação que representará o Brasil nos Jogos Pan-americanos de Caracas não poderia ter sido melhor, sob o ponto de vista técnico, para os esportes coletivos. Disputas dos títulos sul-americanos de vôlei e mundial de basquete aconteceram em São Paulo e Rio, com boa participação das nossas seleções.

Duas certezas aparecem como saldo das disputas internacionais de vôlei e basquete realizadas no Brasil nas últimas semanas. A primeira delas, é que o prestígio do esporte amador brasileiro se consolida a passos largos, em função de conquistas importantes, do interesse popular e da razoável capacidade organizativa das federações.

Não é por outro motivo que mesmo as seleções mais poderosas do mundo aceitam disputar não só torneios amistosos, como os Mundialitos do ano passado, como também série de partidas com o Brasil, conforme ocorreu neste ano com as equipes de vôlei e basquete cubanas, e com a temível equipe soviética de vôlei masculino, campeã olímpica e mundial.

Acrescente-se os Campeonatos Sul-americanos de vôlei masculino, vencido brilhantemente pelo Brasil sem ter perdido um set sequer, o sul-americano de vôlei feminino e o Mundial de Basquete feminino, todos promovidos pelo Brasil. É inegável que todas essas disputas aprimoram o nível das nossas equipes e trazem um potencial de experiência valioso aos nossos atletas. Basta apontar o exemplo do vôlei, hoje um candidato respeitável à medalha de ouro nas Olimpíadas de Los Angeles e favorito disparado no Pan. Ambos títulos inéditos em nosso cartel.

A outra conclusão não pode ser relatada com o mesmo entusiasmo. Todo esse potencial esportivo, o brilhantismo dos atletas, o apoio da torcida, a já frágil estrutura do esporte, enfim tudo que acompanha e proporciona esses sucessos vai sendo gradativamente engolido por um ousado e despudorado esquema profissionalizante e comercial.

Os torneios de vôlei masculino e basquete feminino foram praticamente disputados em dias e horários simultâneos porque em cada um deles havia uma rede de televisão interessada na audiência e na publicidade. Por esse mesmo motivo, os campeonatos sul-americanos de vôlei foram espremidos cada um em uma só semana, para que a TV Record pudesse fazer concorrência à Globo, que estaria cobrindo o mundial de basquete durante quinze dias. Também como decorrência da interferência da publicidade, a tabela do mundial de basquete programou quatro das partidas mais difíceis da nossa seleção — contra Iugoslávia, Bulgária, China e Coréia — para o mesmo fim de semana. O esgotamento bateu nas últimas duas partidas, ambas perdidas pela diferença de um ponto.

Sem falar no espetáculo constrangedor oferecido, inadvertidamente, pela torcida brasileira, no jogo de vôlei contra a URSS no Maracanã, agitando bandeiras do Banco Econômico, Volkswagen, Marlboro, etc.

Para maior desgraça, a Rede Globo, pé-frio que não consegue cobrir uma vitória brasileira — incluindo a Copa, Fórmula Um, sul-americanos de basquete, etc. — cobrirá com exclusividade os Jogos Pan-americanos.

(J. Madureira)

Na pisada do Ma-Ca-Pá!

"Eu não tinha nem dez anos
Minha mãe veio me chamar
Me vestiu calça de homem
Me disse, me disse vá meu filho
Vá trabalhar. . ."

Não é nada mole falar com um cabra da peste que nem Luiz Gonzaga do Nascimento

"Desde então que eu canto e toco
Com meu fole a me ajudar
Com baião Seridó balanceio
Fiz o meu Brasil cantar
Só faltava mostrar essa dança
Que eu vou apresentar
Eta 'seo' mano, oi que bom oi que bom
Que bom de dançar
Éta seu mano, oi que bom oi que bom
Que bom que é o Ma-Ca-Pá. . ."

Desemboquei num restaurante da 'boca do lixo', na praça Júlio de Mesquita, em Sampa; cantando o baião "Ma-Ca-Pá" de L. Gonzaga & H. Teixeira. O 'bixim' aqui, tava aperriado. . .' é que eu já tinha andado um bocadão procurando emprego pela manhã.

Pedi um PF — prato feito —, mas o garçom me avisou que o prato do dia era rabada. Mandei arriar a rabada, acompanhada duma manguaça — cachaça — e embarquei nas veredas doutra música de 'seo' Luiz.

"Pr'onde tu vai Luiz?
Eu vou pra casa dela.
Fazer o quê Luiz?
Eu vou é buscar ela.
O pai dela é muito brabo
E a mãe dela não me dá!
Ô Luiz tu ti alembra
Da carreira que tu levou
No caminho da Cachoeira
Que a poeira levantou. . ."

Coisas do meu tempo de menino nas fazendas do serão baiano.

O Cantador do Sertão — O Rei do Baião — nasceu:

"Meu nome é Luiz Gonzaga
Não sei se sou fraco ou forte
Só sei que graças a Deus
Té pra nasce tive sorte
Após, nasci im Pernambuco
Famoso Leão do Norte.
Nas terras do Novo Exú
Da Fazenda Caiçara
Im novecentos e doze.
Viu o mundo minha cara
Dia de Santa Luzia
No Mês que Cristo nasceu
Purisso é que sô feliz. . ."

Acabei de dizer os versos dum poeta popular do Nordeste, que num belo dia presenteou seo Luiz Gonzaga; e percebi que era o dia 13 de dezembro de 1982.

Falei pro meus botões:

— O Cantador do Sertão, tá fazendo 70 anos hoje; e 37 anos de baião. Eu tou duro, sem nenhum pra ligar pro Rio de Janeiro e dá um berro no ouvido daquele Cabra da Peste!

No tempo que Lampião escalava os sertões nordestinos, surgiu um boato que o 'Rei do Cangaço' passaria no Exú. Dona Santana e 'véio' Januário meteram o pé na estrada, só parando na raiz da serra do Araripe. Mas, o menino cabeça chata e zambeta não gostou da idéia de ir pro mato. Foi de cara amarrada, ele que tanto queria topar com seu ídolo. O famoso Lampião.

Os dias findavam e de repente sua mãe perguntou:

— Quem tem coragem pra ir no Exú, vê se o 'Capitão' já passou?

Em cima da buxa o menino respondeu:

— Mãe, eu tenho coragem!

E pra lá o menino se mandou, no risco do trilho que sua mãe traçou. Luiz desembocou no Exú, e logo percebeu que todo povo já tinha voltado. Só faltava sua gente, e a gente de Tia Baia. Matutou e pregou uma peça na sua gente. Ao se aproximar do esconderijo gritou:

—Vambora gente. . . que Lampião vem aí. . .

Um corre-corre dos diabos e panela, lençol e cabrito caiam pra todos os lados. O menino Luiz não aguentou a tragicomédia da brincadeira e caiu na gargalhada.

— Ôxente gente!. . . É mentira. Lampião nem passou no Exú!...

Pararam com a correria e dona Santana jeitosa se voltou pra Luiz. Agarrou o cabrinha e cobriu à vara. Suas irmãs mais velhas seguiram o mesmo ritual. Só 'véio' Januário não bateu no pequeno artista.

Essas peraltices povoavam minha cabeça, enquanto eu esperava o garçon me servir a rabada. São peripécias que, quando eu perambulei pela Cidade Maravilhosa — será que é mesmo? —, seo Luiz Gonzaga — temperou e me contou.

De repente, o garçon se aproximou. Pensei quele fosse me dá uma bronca, por eu está cantando e falando alto. Qual nada! O decente trazia um gostoso recado pra mim.

— O Sr. é o professor Roque S. de Souza, não é?

Titubeei na dúvida de poder ser o garçon, um 'tira' enrustido ou um cobrador d'alguma financeira — eu tenho uns papagaios pendurados por aí — esses tipos se metem em tudo, e poderia tá à minha caça.

Outro dia mesmo topei com um 'cana-dura' tirando uma de poeta-marginal. O falsário rabiscou umas baboseiras onde citava os operários desempregados e os

Gonzaga, cantador do sertão

camponeses — bóias-frias. E tava por aí dando uma de brasileiro.

Eu que sou que nem um gato escaldado, tenho medo de água fria. Pulei de banda e fui sacar o garçon.

Respondi de trivela:

—Sou o Roquelino Santeiro de Souzades; o distinto tem algumas aulas ou palestras de Música Popular Brasileira, pra esse pau-de-arara que perambula na Metrópole 'Fofoqueira'?

O garçon se apavorou ao me vê ali procurando trabalho e, se apressou pra me explicar que:

—. . . num tenho e nem sei de ninguém que tenha aulas ou palestras pro senhor, . . .professor. Tenho um recado do Rei do Baião, que tá no reservado e pediu pro senhor fazer a gentileza de ir até lá.

Findando o discurso-recado treme-treme do garçon, enchi o peito e lasquei a boca cantando "Baião" de L. Gonzaga & H. Teixeira.

"Eu vou mostrar pra vocês
Como se dança o baião
E quem quiser aprender
É favor prestar atenção.
Morena chegue pra cá
Bem junto ao meu coração
Agora é só me seguir
Pois eu vou dançar o baião!...

Sem me avexar, me botei no rumo de seo Luiz. Lá chegando fiz a saudação ao 'Cacique Maior da Tribo'.

— Diga lá, meu prezado Cantador do Sertão!

Desatei a matraca e quis saber das andanças do Lua — Luiz Gonzaga —. Me falou das 'Oropas', disse que xingou os gringos. Que não teve dificuldade pra botar os franceses pra xaxar no teatro Bobinot, em Paris. E que acabava de receber das mãos de Luizinho — Gonzaguinha — a música "Prece Por Exú Novo". E que ia se aposentar.

— "Não agüento mais o tranco, estou velho. Além disso, se não aproveito agora, nunca vou ter o gosto de morar em Exú, de cuidar da fazenda 'Parque Asa Branca'. Tenho que ir para lá enquanto tou forte e sacudido. De que me adiantaria ir para o sertão com 80 anos?

Além disso, a cidade grande anda muito violenta, muito complicada. Isso aqui é bom para intelectual. Pra um sertanejo como eu, o ideal é voltar para a terra natal".

E o atento garçon providenciou em levar minha rabada pra mesa do Rei do Baião. Resperei tranquilo, eu tava garantido. Sabia que não ia ser preciso pagar o prato do dia. Frequentemente os donos de restaurante não roubam — perdão —, não cobram almoço do seu Luiz.

Fui fundo na rabada, dando tempo pro Contador de Sertão me entrevistar.

—Cadê o livro que você ficou de fazer sobre o Forró?

— Não se avexe Cabra da Peste, que o "Forró no País do Futebol" tá pronto. Só não me foi possível ainda, dá um pulinho no Cocotá — Ilha do Governador — pra buscar o prefácio. A editora não me faz um adiantamente e eu tou desempregado. Não tenho como ir ao Rio de Janeiro. E mais: correu o risco de não topar com o meu prefaciador. E eu vou ter que ir até o Exú pra rancar o ferro da boca desse Cabra da Peste! Como o senhor tá percebendo, 'ando dando nó em pingo d'água'; não foi assim que escreveu e cantou o Gonzaguinha?

— Não se avexe, que eu vou ditar o prefácio agora e a gente ganha essa parada. Come logo essa rabada e vamos lá pro hotel.

— É, mais eu quero matar dois coelhos duma só cajadada. Quero o prefácio e uma entrevista que com certeza venderei por aí, tá legal?

— A gente ajeita tudo. 'Nego' baiano é danado de sabido. Gosto muito da Bahia; mas tenho raiva também. É quela fica antes de Pernambuco: quando eu chego em Salvador e vejo o avião ficar vazio pra seguir pro Recife. Me dá uma raiva da molesta!

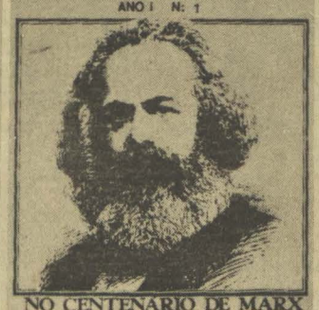
Chegamos no hotel, seo Luiz pegou a sanfona e debuiou um rosário de músicas do cancioneiro nordestino. Me deu o prefácio, mas a entrevista 'sambou'. E na hora que eu ameacei me despedi, gargarejou e tascou pra cima d'eu o primeiro baião "No Meu Pé de Serra" da dupla L. Gonzaga & H. Teixeira.

"Lá no meu pé de serra
Deixei ficar meu coração
Ai, que saudade tenho.
Eu vou voltar pro meu sertão.
No meu roçado
Trabalhava todo dia.
Mas no meu rancho,
Tinha tudo que queria
Lá se dançava
Quase toda quinta-feira
Sanfona não faltava.
E tome xote a noite inteira.
O xote é bom de se dançar.
A gente gruda na cabocla sem soltar.
Um passo lá, outro cá.
Enquanto o fole tá tocando
Tá gemendo, tá chorando,
Tá fungando, reclamando,
Sem parar. . ."

Dê um abraço saudoso no Cantador do Sertão. Marcamos um papo rasgado pra depois do lançamento do livro "O Forró no País do Futebol", e botei o pé na estrada. Caí no ócio do mundo e registrei o nosso "pagode".

(Roque S. de Souza)

CADERNO DE CULTURA
OPERÁRIA
ANO I N: 1



NO CENTENÁRIO DE MARX

Homenagem

O "Manifesto em Defesa do Marxismo" e as saudações que o veterano dirigente comunista João Amazonas e o professor Florestan Fernandes enviaram ao Centro de Cultura Operária, no Centenário de morte de Karl Marx, compõem o primeiro "Caderno de Cultura Operária", do CCO. Pedidos à entidade, rua Maria José, 326, S. Paulo, com cheque no valor de Cr$ 250,00.

Princípios
Revista teórica, política e de informação — Junho/1983 — Cr$ 600,00
OS OPERÁRIOS E A CRISE
A CEM ANOS DA MORTE DE KARL MARX
CARACTERÍSTICAS DA PENETRAÇÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO
A UNIVERSIDADE EM DEBATE
6
EDITORA ANITA GARIBALDI

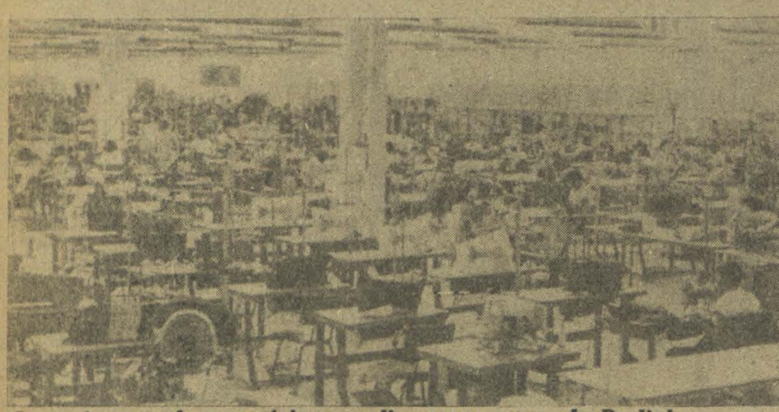
Saiu a Princípios 6

Neste número da revista Princípios, artigos sobre a crise e os operários, o centenário de morte de Karl Marx, e o capitalismo no campo. Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda. Rua Major Quedinho, 390, sala 3, Bela Vista — S.Paulo, CEP 01050, com envio de cheque nominal no valor de Cr$ 500,00.

Roque de Souza e o Rei do Baião, Luiz Gonzaga

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Belgo pára contra demissão



O movimento das operárias paralisou uma parte da Radial.

Mulheres lutam na Radial

"No bolso do Sebastião não está faltando dinheiro, a mesa dele está farta, enquanto nós, que colocamos a fábrica de pé, estamos passando fome". Desta maneira um coro de cem jovens, na maioria mulheres, gritava na hora do almoço em frente à Radial Indústria e Comércio, fabricante do Jeans Flamer's. Os jovens haviam feito uma passeata, desde o comitê do vereador Rubens Campos do PMDB até o portão principal da empresa.

No dia 26 de julho, revoltados com o atraso de três semanas no pagamento os trabalhadores, foram conversar com o dono da fábrica, Sebastião Drumond, que foi candidato a prefeito de Contagem pelo PDS e esmagadoramente derrotado. A resposta dele, segundo depoimento de uma operária, foi "puxar uma menina pelo braço e gritar que todas estavam dispensadas". Nesse dia foram demitidas 86 operárias.

A Radial possui cerca de 600 trabalhadores. Mais da metade é menor de idade e ganha apenas meio salário mínimo. Aparecida, com 16 anos, que trabalhava como aprendiz de costureira, declarou para a **TO** que "tinha um ano e quatro meses de trabalho. Só fui trabalhar lá porque na minha casa todo mundo estava desempregado e faltava alimento".

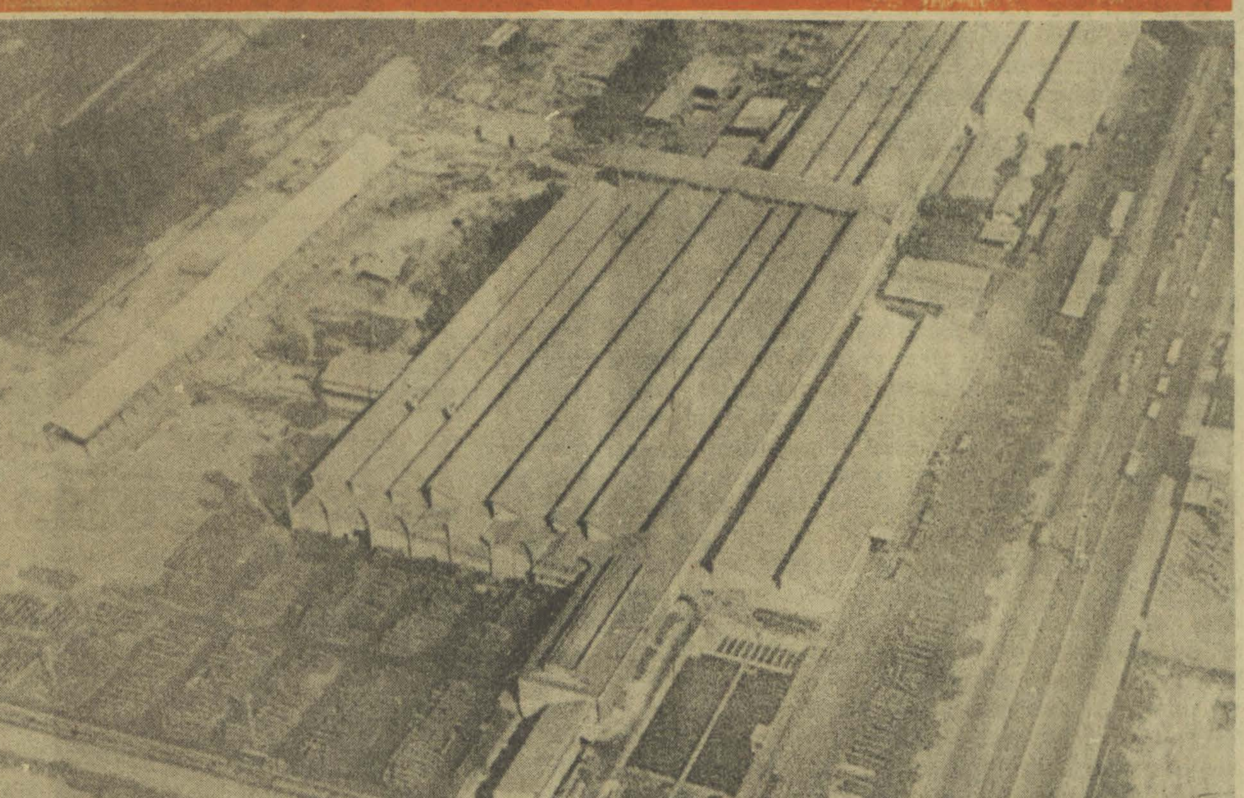
É tão grave a situação das operárias que tiveram que fazer um pedágio na avenida João César de Oliveira, em Contagem, para alugar um ônibus e ir até o sindicato da categoria, em Belo Horizonte.

No dia 28 de julho, ao fazer um piquete na porta da firma, as demitidas foram ameaçadas. Um puxa-saco de nome Milton chegou a agredir uma operária. Mesmo assim o movimento ganhou adesão, chegando a paralisar uma parte da fábrica. Com baixos salários e apenas 5 minutos para ir ao banheiro, a vida das trabalhadoras é muito dura na Radial. O atraso nos salários foi a gota d'água, que desencadeou a mobilização.

No dia 28 de julho, a partir das 14 horas, grupos de operários foram sendo chamados ao escritório da chefia da Trefilaria Belgo Mineira em Contagem, MG, e sumariamente demitidos. Ao todo foram 13 trabalhadores. Em resposta, cumprindo uma decisão anteriormente tomada em assembléia, os operários entraram em greve.

"Os engenheiros debochavam e riam na nossa cara quando éramos botados na rua", desabafava revoltado um operário da galvanização e com seis anos de trabalho na Belgo. Os demitidos imediatamente seguiram para o Sindicato dos Metalúrgicos.

Junto com diretores do Sindicato foi formada uma comissão incumbida de parar o turno da zero hora. E conseguiu grande adesão, pois a maioria dos trabalhadores não entrou na empresa. Mas foram impedidos de se reunir na porta da empresa por um forte esquema repressivo, dirigido pelo Coronel Klinger, da PM.



A trefilaria da Belgo em Contagem parou em protesto contra o desemprego

Os fura-greves quando entraram na fábrica já estavam demitidos

No dia seguinte, o pessoal do turno das 7 horas entrou na fábrica mas manteve as máquinas paradas. Os chefes pressionavam com promessas de mais demissões. Mas dos 36 operários da seção de galvanização só três continuaram trabalhando. Os que se recusaram a trabalhar foram empurrados para fora da empresa pelos chefes e vigilantes.

A multinacional montou um plano de emergência para esvaziar o movimento. Táxis buscavam os trabalhadores em casa e os ônibus entravam diretamente para o pátio da empresa, com as cortinas fechadas para não mostrar o número e a cara dos fura-greves. Aconteceu o caso de dois fura-greves entrarem escondidos e lá dentro saberem que tinham sido demitidos! No Sindicato um metalúrgico comentava: "Isto é que dá ser puxa-saco de patrão safado como os da Belgo. Temos é que ter união e ir até o fim. Se perdemos esta questão é para a rua que a gente vai".

Na sexta feira, numa reunião na Delegacia Regional do Trabalho, os diretores da Belgo recusaram qualquer negociação pela volta dos demitidos e em torno da reivindicação de um ano de estabilidade. Aliás o único papel do delegado do trabalho foi ameaçar intervenção no Sindicato.

Informações vazadas da própria Belgo dão conta de um plano de mais mil demissões até meados do ano que vem. No lugar dos demitidos ela vem colocando novos trabalhadores, através de empreiteiras de mão-de-obra como a Espro, mas recebendo salário-mínimo.

A forte repressão e a falha na organização esfriaram o movimento

A repressão e o temor do desemprego contribuíram para esfriar o movimento paredista. No sábado alguns setores da fábrica funcionaram. Foi realizada uma assembléia que organizou comissões para convencer os companheiros a não entrar na segunda-feira de madrugada. Mas várias viaturas da Rotam e dois ônibus com tropa de choque da PM impediram qualquer atuação grevista. Faltou uma organização maior dentro da fábrica. Além disto os operários da Trefilaria de Contagem ficaram isolados, pois a fábrica da Belgo em Monlevade não parou.

A repressão agiu de forma truculenta. Na noite de quinta-feira para sexta, quando a empresa já estava parada, foram detidos Edgard Bandeira e Pedro Veríssimo, da sucursal mineira da **Tribuna Operária**. Conduzidos ao DOPS tiveram a máquina fotográfica apreendida. Eles tinham fotografado ações arbitrárias da PM. Foi preso também o sindicalista José Vieira, que tentou intervir. A Kombi do Sindicato foi também revistada, como forma de intimidação contra os dirigentes sindicais. **(da sucursal)**

Aumenta o boicote ao BNH

Cerca de três mil mutuários do BNH de todo o Estado de São Paulo se reuniram no Paço Municipal de São Bernardo do Campo para protestar contra a política habitacional do governo. Os mutuários decidiram continuar o boicote ao pagamento das mensalidades por mais um mês e não aceitar a semestralidade nos aumentos das prestações.

A manifestação em São Bernardo dia 31 e o enterro do BNH (ao lado)

Foto Mirian Fichtner

A tentativa do governo de enganar os mutuários através do reajuste de 80% do INPC para quem aceitasse a semestralidade dos aumentos foi recevido com total repúdio. Para um dos membros da Coordenação Estadual dos Mutuários, estas mudanças significam que "a arapuca continua a mesma". Um mutuário de Piracicaba foi taxativo: "Nós não aceitamos o aumento semestral. Nós achamos pior do que o de 130%. Essa idéia do governo é para confundir a cabeça dos mutuários".

O boicote e as mobilizações dos mutuários em todo o país assustavam o governo, que tentou através do decreto 2.045 assaltá-los de outra forma, através da semestralidade. Para se ter uma idéia do nível do boicote, o deputado estadual pelo PT, Expedito Soares, afirmou durante a assembléia do dia 31, em São Bernardo, que só 10% dos mutuários estavam pagando as prestações. Antes do Aumento dos 130%, cerca de 30% já estavam sem pagar e, a partir de julho, outros 60% não fizeram seus depósitos das mensalidades ao BNH.

Os três mil mutuários que estiveram no paço municipal de São Bernardo fizeram uma passeata até a igreja matriz e depois fiseram o enterro do Delfim e do BNH. Durante a passeata, o operário Ferreira, que mora no Conjunto Habitacional do Campo Limpo, Zona Sul de São Paulo, explicou que as prestações da sua casa saltaram de Cr$ 50 mil para Cr$ 118 mil: "Não tenho as mínimas condições de pagar", explicou ele.

Numa situação pior do que a do operário Ferreira, se encontra o metalúrgico desempregado José da Silva Ferreira: "Mesmo sem o aumento eu não teria condições de pagar". Ele conta a dificuldade que teve para entrar na lista dos que receberiam uma casa através do BNH. Da primeira vez que foi chamado para adquirir sua casa "me disseram que a minha renda não dava. Aí eu comecei a fazer umas horas extras e aí deu". José da Silva pagou pontualmente as mensalidades da sua casa no Conjunto Itaquera 1 durante três anos, até perder seu emprego. Enquanto carregava uma faixa durante a passeata, ele se mostrava confiante: "Se nos unirmos teremos condições de vencer".

O exorbitante aumento das prestações do BNH pegou muitos mutuários desprevinidos, mas que reagiram e aderiram ao boicote. Um destes exemplos é João de Souza da Silva, metalúrgico na fábrica Cofab, em São Caetano do Sul. Ele explica porque deixou de pagar: "Eu estava pagando Cr$ 6 mil, antes do aumento, e fiz a conta e daqui a cinco anos estarei pagando Cr$ 2 milhões por mês, caso os aumentos sejam de 130% ao ano. Como daqui a quatro ou cinco anos não poderei pagar mesmo, resolvi parar agora".

A palavra de ordem dos mutuários é "não pague, não mude e não entregue". E esta luta já chegou ao interior com bastante vigor. O Conjunto Residencial Parque, em Piracicaba, enviou uma delegação de 40 pessoas ao encontro de São Bernardo. Em Sertãozinho, também no dia 31, foi realizada uma assembléia com 500 mutuários no Ginásio de Esportes. Esta mobilização em Sertãozinho está sendo coordenada pela Associação de Moradores dos Conjuntos Habitacionais e conta com o apoio da prefeitura, da Câmara dos Vereadores, de Sindicato dos Metalúrgicos e do deputado Valdir Trigo. Em Marília, Rio Claro, Americana e Santa Bárbara já começaram as mobilizações nos conjuntos habitacionais.

"Está havendo um saldo organizativo muito grande"

Teodoro Esmolari, mutuário do Residencial Parque, de Piracicaba explica que "nós estamos procurando partir para o boicote seco. E nós estamos mobilizando o pessoal para que ninguém seja despejado". Já houve tentativa de colocar uma casa do conjunto do BNH em leilão, mas não apareceu ninguém para arrematar, devido ao ato público que os moradores fizeram.

A situação enfrentada por Teodoro Esmolari é exemplar. Ele trabalhava na construção civil e é mutuário há 20 meses. Recentemente fez um empréstimo para colocar em dia as suas prestações da casa própria que estavam atrasadas oito meses. Mas um mês após foi demitido do emprego e daí a pouco veio o aumento de 130%, então aderiu de vez ao boicote.

Irineu, da Coordenação Estadual dos Mutuários, diz que o movimento está se expandindo e tendo novas adesões. "Está havendo um saldo organizativo muito grande, uma voz que estão sendo formadas comissões por conjuntos e por cidades em diversas regiões". Um exemplo dessa mobilização foi uma passeata com mais de sete mil pessoas com as panelas vazias, no Conjunto Itaquera, 2, gritando que não pagariam o aumento de 130%.

Terra para os moradores

Desde o dia 27 de julho várias pessoas dos bairros Grajaú, Vila Remo e Cidade Dutra, na Zona Sul de São Paulo, passaram a morar numa barraca na praça em frente ao edifício onde funciona a Cohab, no centro da capital, exigindo a posse de um terreno onde possam construir suas casas. Devido à sua mobilização, uma semana depois a Prefeitura deu garantias que adquiriu um terreno de 162 mil metros quadrados, na estrada do Bororó, onde deverão ser assentadas cerca de 400 famílias.

Édson Silveira Laje, um dos acampados em frente à Cohab, explica a razão do seu movimento: "Em março nos foi prometido pela Cohab um terreno para a gente construir 800 casas. Eles dariam o material, mas queríamos que o povo mesmo fizesse, porque se fosse feito pela Cohab, os mais humildes não teriam condições de comprar. Só sairemos daqui depois que tivermos a certeza da posse do terreno". Os próprios moradores elaboraram um plano que prevê a construção de casas com um valor de Cr$ 1,3 milhão, aproveitando a mão de obra dos próprios interessados, em sua maioria desempregados.

UMA CASA PRÁ MORAR

São Paulo conta com 40% de sua superfície com terrenos vazios. Ao mesmo tempo vem aumentando assustadoramente o número daqueles que não têm um lugar para morar. Diante disso o povo luta de todas as maneiras para conseguir um terreno onde possa fazer suas casas. Marinalva Soares da Silva é uma das pessoas acampadas no centro de São Paulo. Ela está com seu bebê de dois meses e explica que trabalha na fábrica Gradiente e está para ser despejada do porão onde mora, pois o aluguel está atrasado seis meses. Ela afirma: "É só nos darem um terreno e nós construimos a casa".

A barraca no centro de São Paulo e a exigência por terra

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois